

2003

Ijuí

Trabalho de Conclusão de Curso
Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS
Curso de História
Orientadora: Professora Ana Maria Colling

A ATUAÇÃO DA VPR NA REGIÃO DE TRÊS PASSOS

CATIA LANG PRETTO

DOS MOTIVOS

"Escrever é como dar sangue, só vale a pena quando cortamos as veias".

Urbano Tavares Rodrigues

Escrevemos porque nos falta o tempo
de purgar a grande dor coletiva
e na poesia que fazemos
trazemos nossa esperança rediviva.

Fazer versos é mais que manifesto:

Hoje, é briga e testemunhos.

É um cerrar de punhos

e um grito de protesto.

Cantemos, pois, com a certa convicção

De que calar é mais trágico e atroz.

Infeliz o que sabe a canção

E, no entanto, emudece a voz.

Antônio Alberi Maffi

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 A AMÉRICA LATINA DITATORIAL.....	9
2 O GOLPE MILITAR BRASILEIRO E SUAS IMPLICAÇÕES	12
3 A RESISTÊNCIA AO REGIME MILITAR E A REPRESSÃO.....	21
4 A VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA E SUA ATUAÇÃO NO BRASIL	26
5 A ATUAÇÃO DA VPR NA REGIÃO DE TRÊS PASSOS.....	30
5.1 DO PROTESTO À RESISTÊNCIA - 1964-1968.....	30
5.2 DA MILITÂNCIA À OPÇÃO PELA LUTA ARMADA - DO POC À VPR - 1968- 1970.....	33
5.3 A BASE DE TREINAMENTO E APOIO LOGÍSTICO DA VPR EM TRÊS PASSOS - 1969-1970.....	35
5.4 DA PRISÃO E DA TORTURA - março de 1970.....	40
5.5 DO JULGAMENTO E CONDENAÇÃO - agosto de 1971.....	52
5.6 DA LIBERDADE VIGIADA AO EXÍLIO - 1972-1973.....	54
CONCLUSÃO	57
BIBLIOGRAFIA.....	60
ANEXO A - Mapa do Rio Grande do Sul	61
ANEXO B - Poesia Precariedade.....	63
ANEXO C - Poesia Cicatrizes.....	65
ANEXO D - Depoimento de José Bueno Trindade	69

ANEXO E – Depoimento de Ademar Andolhe.....	72
ANEXO F – Era para ser pescaria, mas não era.....	75
ANEXO G – Guerrilha na fronteira.....	77
ANEXO H – Aclara-se a situação.....	79
ANEXO I – Terrorismo não compensa.....	81
ANEXO J – Reneu Mertz em liberdade.....	83
ANEXO L – Operação Arrastão.....	85
ANEXO M – Certidão de 02.04.1998.....	87
ANEXO N – Certidão de 01.07.1998.....	89
ANEXO O – Mandado de citação.....	91
ANEXO P – Depoimento de Alberi Maffi.....	95
ANEXO Q – Requisição para solicitação de benefícios.....	102
ANEXO R – A volta, por cima III.....	105
ANEXO S – A volta, por cima IV.....	107

INTRODUÇÃO

A história é feita por personagens famosos e anônimos que, por sua atuação, provocam modificações em seu curso.

Esses personagens são motivados por necessidades sociais, econômicas e/ou políticas que, por sua menor ou maior premência, provocam atuações diferenciadas.

Durante as décadas de 1960 e 1970, o Brasil e muitos outros países da América Latina foram politicamente dominados por governos militares que primavam pela intolerância a qualquer tipo de oposição.

O período ditatorial brasileiro, especificamente, iniciado com o golpe militar de 1964, tolheu a liberdade política e cultural do país, provocando várias formas de resistência.

Nesse período, formaram-se, no Brasil, muitas organizações de resistência ao regime militar, que agiam clandestinamente e atuavam das mais diversas formas.

Entre essas organizações, estava a Vanguarda Popular Revolucionária – VPR – que unia militantes de todo o Brasil.

A VPR atuou em grande parte do país, inclusive no Rio Grande do Sul e também na região de Três Passos. A sua atuação nessa região deveu-se ao fato de ser geograficamente estratégica para eventuais fugas de militantes que necessitassem alcançar a Argentina pela Barra do Turvo.

O trabalho sobre a atuação da Vanguarda Popular revolucionária nessa região pretende resgatar e compreender a resistência ao regime militar realizado nesse espaço do Rio Grande do Sul e colaborar com a ampliação da compreensão da história regional.

No capítulo I, apresento a contextualização do Brasil com a América Latina mostrando que o golpe militar não foi uma peculiaridade brasileira, mas, sim, mais uma peça no intrincado quebra-cabeças que os Estados Unidos montaram nesse pedaço de chão, que sempre encararam como quintal seu, a fim de proteger seus interesses imperialistas.

O Capítulo II, trata do golpe militar brasileiro, apontando, principalmente, suas implicações políticas, culturais, sociais e econômicas, além da influência norte-americana sobre os militares brasileiros.

O capítulo III dá conta da resistência do povo brasileiro ao regime militar e da repressão sofrida pelas pessoas que se posicionavam contra a ordem estabelecida.

No capítulo IV, abordo a atuação da Vanguarda Popular Revolucionária no Brasil e, finalmente, no Capítulo V, conto a história da atuação dessa organização na região de Três Passos-RS, através do depoimento de um de seus membros, o senhor Antônio Alberi Maffi.

Nos Anexos deste trabalho, poderão ser encontrados mapa da região de atuação da VPR, depoimentos, documentos relativos à prisão do entrevistado, recortes de jornais da década de 1970 que mostram a forma como a imprensa conduzia a opinião pública, mandado de citação, requisição para recebimento de benefícios de indenização por danos morais, físicos e psicológicos, referentes à ação movida por Antônio Alberi Maffi contra o Estado brasileiro e, também, recortes de jornais mais atuais falando dos acontecimentos da região três-passense, na década de 1960 e 1970.

1 A AMÉRICA LATINA DITATORIAL

Nas décadas de 1960 e 1970, em clima de guerra fria, pretendendo manter o controle sobre as regiões alinhadas com o capitalismo e preocupados com a influência da revolução cubana de 1959 sobre os povos latino-americanos, os Estados Unidos da América apoiaram golpes militares em vários países da América Latina. No Cone Sul, os golpes sucederam-se como que num rastilho de pólvora, com a bênção do Tio Sam. Segundo Raul Ryff, secretário de imprensa de João Goulart:

O caso brasileiro foi etapa fundamental, ponto de partida, da ampla e profunda limpeza de área na América Latina, planejada em Washington. Seguiram-se as derrubadas, por métodos quase idênticos, dos governos democráticos do Uruguai, Chile e Argentina, eleitos pelo povo. Nesses países, do mesmo modo que no Brasil, instalaram-se no poder ditaduras militares que logo empreenderam feroz e cruel repressão, ao mesmo tempo que escancaravam as portas à voracidade inesgotável das multinacionais (RYFF, apud PILETTI, 1996, P. 292).

Conforme Alain Rouquié, para os EUA, os investimentos militares pretendiam transformar os exércitos latino-americanos em guardas nacionais a serviço das peripécias estratégicas dos norte-americanos na contenção do

avanço das idéias comunistas e dos interesses do país líder do mundo livre capitalista.

A diplomacia da troca militar apresenta-se mais como um substituto da intervenção direta dos EUA. O que, aliás, ficou muito claro no Brasil do governo Goulart e no Chile de Allende: porque tanto no Brasil de antes de 1964, como no Chile do início dos anos 70, o governo de Washington, depois de instaurar um bloqueio invisível ao redor dos governos considerados hostis aos interesses norte-americanos, teve o cuidado de manter e mesmo aumentar a ajuda militar. O embaixador Lincoln Gordon, servindo em Brasília sob o governo trabalhista de Jango, reconhecia que a assistência militar fora um meio capital para estabelecer relações mais estreitas com o pessoal das forças armadas e um elemento importante para influenciar em um sentido pró-EUA os militares brasileiros (...) fator essencial para limitar os excessos esquerdistas do governo Goulart (Rouquié, 1984, p. 167).

No Paraguai, o golpe militar já ocorrera em maio de 1954, liderado pelo general Alfredo Stroessner. O discurso em defesa da "democracia" e contra o perigo do "expansionismo comunista" foi utilizado pelo Departamento de Estado norte-americano para justificar a derrubada dos governos nacionalistas em El Salvador, Peru, Equador, Guatemala, República Dominicana e Honduras, no período de 1961 a 1963¹.

Em 1964, o golpe aconteceu no Brasil, derrubando o governo de João Goulart e na Bolívia, depondo o presidente eleito Vítor Estensoro. Em junho de 1973, o alto comando das forças armadas instalou oficialmente a ditadura no Uruguai e, em setembro, o general Augusto Pinochet liderou o golpe que depôs o presidente socialista Salvador Allende e iniciou o regime ditatorial no Chile.

¹ Ironicamente, nos países ditatoriais da América Latina, a palavra mais utilizada foi "democracia".

A Argentina de Isabel Perón não ficou fora da corrente dominadora dos militares: em março de 1976, Isabelita foi derrubada e o controle do país passou a ser de uma junta militar.

Essas ditaduras arrastaram-se, grosso modo, até os anos de 1980 e 1990, manchando os porões dos quartéis de sangue e impregnando suas paredes de gritos de dor dos perseguidos e torturados. Todos os regimes militares latino-americanos se caracterizaram pela arbitrariedade, pela repressão e pela violência.

2 O GOLPE MILITAR BRASILEIRO E SUAS IMPLICAÇÕES

No dia 31 de março de 1964, o governo norte-americano prontificou-se a enviar armamentos e munições aos militares brasileiros golpistas, caso os grupos de esquerda esboçassem uma reação organizada. Era a chamada "Operação Brother Sam" e consistia no envio às costas brasileiras de um porta-aviões de ataque pesado, destróieres de apoio, petroleiros bélicos, navios de munições e navios de mantimentos; aviões transportando armas e munições, aviões de caça, aviões-tanques e um posto de comando transportado deveriam se deslocar para o Rio de Janeiro. O objetivo de toda essa aparatosa operação era dar apoio logístico, material e militar aos golpistas.

No entanto, esse auxílio não foi necessário: o presidente brasileiro retirara-se de Brasília em 1º de abril, refugiando-se no Rio Grande do Sul, permitindo, assim, que o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarasse vaga a presidência (inconstitucionalmente, pois o presidente encontrava-se em território nacional) e desse posse a Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara de Deputados.

Segundo Flávio Tavares, jornalista do jornal Última Hora², que presenciou a cena

Mas sem a participação do Parlamento, sem sua conivência com o movimento militar, a formalização ou legalização do golpe teria sido dificultosa. A oposição udenista tumultuou tanto e tão habilmente tudo entre 31 de março e 1º de abril de 1964 que nessa última noite o senador Auro Moura de Andrade – presidindo o Congresso – abriu a sessão comunicando que “o presidente da república deixou a sede do governo!” e, de imediato, sem nenhum debate, deliberação ou votação, simplesmente declarou vaga a Presidência da República. No ato, convocou o presidente da Câmara do Deputados, Ranieri Mazzilli, para assumir a chefia do governo e encerrou a sessão desligando os microfones. Tudo tinha durado menos de 90 segundos (Tavares, 1999, p.151).

No dia 4 de abril, alegando querer evitar derramamento de sangue brasileiro numa guerra civil, Goulart exilou-se no Uruguai.

Consolidada a vitória da revolução de 1964, os EUA prontamente felicitaram os militares brasileiros por “terem derrubado o presidente e defendido a Constituição”. O embaixador norte-americano Lincoln Gordon chegou a proclamar que “a revolução de 1964 foi um produto 100% brasileiro”.

Após o sucesso do golpe que derrubou o presidente João Goulart, foi instalado um governo ditatorial chefiado pelos militares, no Brasil.

Esse governo militar procurou reprimir as oposições, formadas por políticos e intelectuais nacionalistas, padres progressistas, estudantes e líderes sindicais.

Para reprimir todos os que se opunham ao governo, os chefes políticos militares precisavam de poderes cada vez maiores, ou seja, precisavam tornar legal seu poder autoritário. Para isso, lançaram mão de Atos Institucionais.

² O jornal Última Hora era o único jornal que apoiava as reformas de base do governo Jango.

Promulgados ao longo dos mandatos presidenciais dos generais Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) e Artur da Costa e Silva (1967-1969), os Atos Institucionais tornaram ilegais os partidos políticos e todos os meios de oposição ao governo, esvaziando os poderes Legislativo e Judiciário.

As cassações e punições constituíram parte essencial da estratégia revolucionária, permitindo afastar da máquina estatal todos os indivíduos identificados com o antigo regime. A primeira onda de punições começou antes mesmo da posse de Castelo Branco. No dia 9 de abril, os militares editaram o AI-1, que suspendia temporariamente a imunidade parlamentar e as garantias constitucionais da estabilidade e da vitaliciedade, além de estabelecer eleições indiretas para presidente da República.

Até dezembro de 1964 foram cassados quatro governadores, quatro ministros, dois senadores, cinqüenta e cinco deputados federais, trinta e quatro deputados estaduais, catorze prefeitos e dez vereadores. Ao todo, duzentos e trinta e oito políticos, com ou sem mandato, foram cassados naquele ano. Outras cento e quarenta e cinco pessoas também tiveram seus direitos políticos suspensos.

As demais esferas do poder público também foram afetadas. Foram afastados quarenta e nove juízes, mil quatrocentos e oito funcionários e mil cento e cinqüenta e dois militares. Fora do aparelho estatal, foram atingidos sindicatos e organizações estudantis. Estima-se que, nos primeiros meses após o movimento militar, cerca de cinqüenta mil pessoas tenham sido presas pelo novo governo.

Em 1966, cento e cinqüenta e quatro pessoas tiveram seus direitos políticos suspensos. No ano seguinte, mais oitenta e seis pessoas foram cassadas.

Até o final do ano de 1968, doze deputados federais foram cassados e o Congresso foi fechado. No ano seguinte, mais trezentos e trinta e três políticos tiveram seus direitos cassados e o Congresso permaneceu fechado até outubro, quando foi reaberto para eleger Médici.³ Isso sem comentar, é claro, o enorme número de jovens militantes que foram presos arbitrariamente até o final da ditadura.

Através do AI-2, de outubro de 1965, os partidos políticos foram extintos e foram criados apenas dois: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), para representar a oposição⁴, e a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que era o partido da situação.

Graças ao AI-3, de fevereiro de 1966, os brasileiros perderam o direito de eleger os governadores e seus vices, os prefeitos das capitais e das áreas consideradas de segurança nacional.

Com o AI-5, de dezembro de 1968, fechou-se o cerco político, concentrando o poder de maneira absurda nas mãos do presidente. A partir de então, escancarava-se a supremacia do Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário: o presidente adquiriu o direito de decretar o recesso do Congresso Nacional, das assembleias legislativas e das câmaras de vereadores; de decretar intervenção nos estados, municípios e territórios; cassar mandatos e suspender direitos políticos; decretar estado de sítio e confisco de bens.

Em termos econômicos, os militares trataram de recuperar a credibilidade do país junto ao capital estrangeiro, à custa de adoção de medidas recessivas no

³ Dados retirados da Folha de São Paulo, 27/3/94. São dados restritos ao período 1964-1968, não contabilizando, portanto, todos os cassados do período militar.

⁴ A criação de um partido de oposição fazia parte da estratégia dos militares, que pretendiam dar cara de democracia ao regime ditatorial implantado por eles.

mercado interno, como a contenção de salários e de subsídios às pequenas e médias empresas.

Dessa política econômica resultou a concentração de renda nas mãos do Estado e de alguns grupos de brasileiros poderosos, ligados às multinacionais.

A maioria do povo ficou sem ter acesso aos benefícios do progresso econômico. Modernizou-se o país, mas o povo ficou excluído do desenvolvimento, suas condições de vida não melhoraram. Enquanto crescia o capitalismo excludente, crescia também a insensibilidade diante dos problemas sociais da maioria.

Acentuou-se a concentração de terras nas mãos de uma reduzida minoria de latifundiários que passaram a ocupar praticamente a metade de todas as terras agrícolas disponíveis. Boa parte desses latifúndios ainda hoje é improdutiva ou está voltada para culturas de exportação, como a soja, fazendo com que milhões de brasileiros passem fome, embora vivamos num país de imensas potencialidades agrícolas.

Além disso, persistiu, nesse período, o terrível problema do descaso pela educação geral do povo⁵. Milhões de crianças continuaram sem freqüentar a escola por não existirem vagas suficientes. Os governos militares deixaram como herança o rebaixamento da educação pública e o esvaziamento do ensino crítico, voltado para a formação da cidadania, na medida em que exigiam das escolas e dos professores um ensino voltado para a concordância com o que acontecia e para a ignorância do que de fato se passava. Qualquer tentativa de análise era

⁵ Paulo Freire e seu método de alfabetização popular foram expulsos do Brasil e foi adotado o esquema Mobral, que não se preocupava com a alfabetização efetiva, mas, sim, com a mera decodificação de símbolos.

vista como subversão e rebeldia, sujeita à prisão. Por isso temos, até hoje, os chamados “filhotes da ditadura” que, de tanto terem a visão histórica bitolada naquela época, não conseguem nem perceber o que se passou, achando que “aquela época era boa, não tinha corrupção, nem baderna, nem confusão de um monte de partidos...” Um grupo interessante de brasileiros, de tão moldado que foi ao sistema, ainda acredita que só conseguimos progresso em meio ao silêncio amordaçado.

O custo social foi impagável: a concentração de renda acentuou-se, os ricos ficaram mais ricos e os pobres, mais pobres. Com a desculpa de “primeiro fazer crescer o bolo para, depois, reparti-lo”⁶, os militares cuidaram do crescimento do PIB e descuidaram do povo. A inflação bateu recordes históricos, gerando um período de favorecimento à especulação financeira em detrimento dos investimentos na produção. O endividamento externo brasileiro cresceu de forma espantosa e incontrolável, atingindo cifras astronômicas.

As empresas multinacionais ampliaram sua atuação no mercado brasileiro, concentrando seus capitais nos setores mais importantes da economia. O conjunto dessas empresas é responsável por fabulosa remessa de lucros a suas matrizes no exterior.

Durante o mandato do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1970), a ¹⁹⁷⁰⁻¹⁹⁷⁴⁾ censura aos meios de comunicação e a repressão crescentes levaram a esquerda revolucionária a optar pela luta armada contra a ditadura. Um rigoroso esquema de segurança foi montado para combater “atos terroristas” isolados, como seqüestro de embaixadores estrangeiros, assaltos a bancos e depósitos de armas.

⁶ Frase atribuída a Delfim Neto.

A guerrilha perdeu a guerra para os militares. Favorecidos pela ampla disponibilidade de capital no mercado mundial e pelo apoio, nem sempre velado, do governo de Washington, os generais brasileiros derrotaram a oposição armada, ao mesmo tempo que se empenhavam na concretização de grandes projetos econômicos, como a abertura da rodovia Transamazônica, entre 1970 e 1972, e a construção da hidrelétrica de Itaipu, no rio Paraná, em sociedade com o governo do Paraguai (1973).

Portanto, a vitória da repressão coincidiu com a vitória do modelo econômico articulado pelo governo militar e apoiado pelo capital externo. Na década de 1970, o Brasil chegou a crescer 11% ao ano.

O "milagre econômico" brasileiro, contudo, foi breve. A primeira alta generalizada dos preços do petróleo, em 1973, provocou uma súbita retração no comércio internacional, com reflexos especialmente negativos para os países dependentes do capital externo. O governo encontrava cada vez mais dificuldades para pagar as importações e financiar a construção de enormes estradas, pontes, hidrelétricas e outras indústrias de base. Recorreu, então, a novos empréstimos e emissões de moeda, numa crescente e perversa espiral inflacionária.

Os militares começaram a perder o embasamento econômico com o qual justificavam o arrocho político e social.

No âmbito cultural, a repressão foi muito intensa, para impedir manifestações contrárias à ordem estabelecida pelos militares. Nesse período, a imprensa e as artes em geral sofreram rigorosa censura, que impedia a livre informação e cerceava as manifestações culturais.

Em muitos jornais, os censores ficavam na redação e liam todos os textos, antes de serem impressos. Qualquer informação que eles julgassem inconveniente era sumariamente cortada. No lugar dos trechos censurados, os jornais publicavam textos que possibilitassem aos leitores saber que ali não pôde ser publicado um artigo, uma foto ou uma notícia. O *Estado de São Paulo*, por exemplo, publicava poemas de Camões; o *Jornal da Tarde*, receitas culinárias. Outros jornais aproveitavam a previsão do tempo para dar o alerta: o tempo apresenta-se instável, nuvens negras no horizonte e a pesada pressão atmosférica mostram tempestades à vista!

No período do governo Médici, a censura intensificou seu controle: peças teatrais⁷, filmes nacionais e estrangeiros, músicas e livros foram proibidos. Vários autores foram, inclusive, enquadrados na Lei de Segurança Nacional por desrespeito à censura⁸.

A preocupação com a segurança expressou-se, também, na criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), que montou uma vasta rede de agentes secretos e informantes, abrangendo centenas de milhares de pessoas. Os agentes de informação espalharam-se pelos quatro cantos do território nacional, infiltrando-se em órgãos públicos, empresas, sindicatos, escolas, bares, edifícios, etc. A insegurança tomou-se companheira de todas as horas!

Porém, durante os anos de ditadura militar sempre houve luta contra o regime e pela volta da democracia política, na qual os cidadãos brasileiros pudessem de novo escolher diretamente seus governantes e influir nos destinos do país.

⁷ Inclusive a peça infantil "Aprendiz de Feiticeiro" de Maria Clara Machado e "Homem não entra", de Cidinha Campos.

⁸ Chico Buarque de Holanda, Taiguara e Luís Gonzaga Júnior foram os mais atingidos.

A primeira fase dessa luta, que foi de 1964 a 1968, foi de oposição pacífica ao governo, através do Congresso Nacional e das várias organizações da sociedade civil. A segunda fase foi do AI-5, em dezembro de 1968, à posse de Geisel na presidência da República, em março de 1974, e caracterizou-se pela luta armada de vários grupos contra o governo ditatorial, através da guerrilha urbana e rural, já que toda contestação pacífica era violentamente impedida. Finalmente, nos últimos onze anos de ditadura, a luta voltou a ser pacífica: os sindicatos e outras organizações sociais voltaram a se articular e passaram a reivindicar anistia aos perseguidos políticos e eleições diretas para todos os níveis.

A crise econômica, a pressão popular e as divergências entre os próprios militares, levaram o quarto presidente militar, general Ernesto Geisel (1974-1979), a rever o modelo político-econômico instituído pela Revolução de 64. Iniciou-se, então, um processo controlado de abertura política.

Seu sucessor, João Batista Figueiredo (1979-1985), foi o último presidente militar. Em 1979, ele decretou anistia aos presos e exilados políticos e a abertura do regime, o que permitiu a formação de novos partidos. Em janeiro de 1985, a nação assistiu à escolha do civil Tancredo Neves⁹ para a presidência da República, ainda pelo Colégio Eleitoral. O povo brasileiro só votou de forma direta para presidente, outra vez, em 1989.

⁹ Presidente que não chegou a assumir, pois morreu. Em seu lugar, assumiu seu vice José Sarney.

3 A RESISTÊNCIA AO REGIME MILITAR E A REPRESSÃO

O regime instaurado em 1964 não foi aceito passivamente pela nação. Durante todos esses anos, amplos setores da população – políticos, trabalhadores, estudantes, organizações da sociedade civil – opuseram-se ao governo e lutaram contra a repressão e pela defesa dos ideais democráticos. Conforme Flávio Tavares¹⁰: “Daí em diante, o caminho para aderir ou participar da resistência tornou-se cada vez mais curto e natural. De fato, não fiz uma opção política: tive uma reação moral...” (Tavares, 1999, p.165).

Nesse processo de resistência, de luta contra o regime militar, centenas de pessoas morreram ou desapareceram.

O Congresso Nacional tentou fazer frente à prepotência do governo. No final de 1968, votou contra a licença para que o executivo processasse o deputado Márcio Moreira Alves, acusado de ofender a honra das Forças Armadas. A resposta do governo foi a decretação do AI-5 e o fechamento do Congresso por quase um ano.

¹⁰ Jornalista do Jornal Última Hora, ativista de esquerda, perseguido, preso e torturado pela ditadura.

Os trabalhadores, por sua vez, também resistiram fazendo greves e vários movimentos.

Os religiosos dominicanos estiveram na primeira linha da resistência da Igreja Católica. Vários foram presos, torturados, acusados de ligações com “grupos subversivos”.

Com a intervenção do governo nos sindicatos e a extinção dos partidos políticos, no entanto, os estudantes assumiram o principal papel na luta contra o regime militar e o imperialismo norte-americano.

Em março de 1968, um estudante secundarista, Édson Luís da Lima e Souto, foi morto durante uma passeata no Rio de Janeiro. Seu funeral transformou-se em ato público contra o regime, mobilizando, no mês de junho, cerca de cem mil manifestantes entre mães, estudantes, intelectuais, políticos e artistas.

Por ordem do Conselho de Segurança Nacional, centenas de líderes estudantis foram presos, entre eles os presidentes da UNE e UEEs. Em São Paulo, cerca de novecentos estudantes vindos de todo país, foram presos durante um Congresso Nacional de Estudantes, em Ibiúna, São Paulo¹¹.

Com o aumento da repressão, os líderes estudantis tinham cada vez mais dificuldades para mobilizar a população e os próprios estudantes. Por isso, eles passaram a optar pela luta clandestina contra a ditadura. Influenciados pela revolução socialista de Cuba, algumas centenas de estudantes, intelectuais, operários e militares menos graduados resolveram aderir à luta armada contra o regime.

¹¹ Dentre os presos, encontrava-se José Dirceu, então presidente da UNE, que elegeu-se, depois, deputado federal pelo PT-SP e que, atualmente, é o ministro chefe da Casa Civil da Presidência da República.

A partir de 1968, surgiram diversas organizações clandestinas, algumas resultantes de divisões do Partido Comunista. Entre outras podem ser citadas: Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR – Palmares), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Comando de Libertação Nacional (Colina), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR – 8).

Essas organizações eram lideradas muitas vezes por militantes políticos de esquerda, como Carlos Marighella, ex-deputado federal, ou por militares. Entre estes, destacou-se o Capitão Lamarca, que fugira de um quartel do Exército, em Osasco, São Paulo, com um caminhão carregado de armamentos.

Esses movimentos tentaram a guerrilha urbana. Vários diplomatas estrangeiros foram seqüestrados e trocados pela libertação de presos políticos, que, por sua vez, eram enviados para fora do Brasil. Foi o caso, por exemplo do embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick, seqüestrado em 1969, em troca da liberdade de quinze presos políticos, que foram mandados para México¹². Além deste, foram seqüestrados, em 1970, os embaixadores da Alemanha e da Suíça e o cônsul do Japão, chamando a atenção da opinião pública internacional para a repressão política no Brasil.

Paralelamente, iniciaram-se assaltos a bancos a fim de conseguir dinheiro para financiar a luta armada.

Apesar de alguns êxitos iniciais, a guerrilha urbana mostrou ser uma estratégia falsa, frustrada, não encontrando apoio no conjunto da população, que via os guerrilheiros como terroristas ameaçadores (até porque a propaganda divulgada pelo governo colaborava pra isso). Flávio Tavares descreve a sensação de desamparo num trecho de seu livro:

¹² Entre os presos libertados estava Flávio Tavares.

Tínhamos entregado tudo à causa da nossa “utopia popular”, inclusive a vida. Nem sequer tínhamos consciência dessa generosidade que, às vezes, se confundia com uma doação aventureira ou uma bravata de jovens, entremeada de gente madura, alguns até quase anciãos. Mas e o povo? Onde estava o povo, depositário e objetivo dessa sacrificada luta pela utopia? O povo tinha desaparecido... (Tavares, 1999, p. 47).

Na luta anti-terrorista, o Exército criou duas organizações especiais: o Departamento de Operações Internas (DOI) e os Centros de Operação e Defesa Interna (CODI). As atividades dos DOI-CODIs desarticularam a guerrilha urbana e levaram à morte muitos militantes de esquerda. Os grupos guerrilheiros foram dizimados, e várias centenas de pessoas morreram ou desapareceram, vítimas da repressão policial e militar. A guerrilha voltou-se, então para o campo.

Exatamente: a guerrilha rural também foi tentada. Dois episódios merecem destaque: um deles é o que envolveu o foco guerrilheiro do Capitão Lamarca, no Vale da Ribeira, no sul de São Paulo. Milhares de soldados foram mobilizados para combater o grupo, que não tinha mais que uma dezena de guerrilheiros, mas que conseguiu furar o cerco e fugir.

O outro episódio foi o da guerrilha que se desenvolveu na região do Araguaia (Tocantins, Pará e Maranhão) entre 1969 e 1974 e da qual participaram cerca de setenta revolucionários¹³. Aproximadamente vinte mil militares foram mobilizados para combatê-los, em operações que contaram com a atuação de pára-quedistas da Força Aérea e que exigiam até mesmo a construção de estradas. Saldo final: quase todos os guerrilheiros foram mortos. E, até 1996,

¹³ Dentre os revolucionários, vale destacar a participação de José Genoíno (um dos poucos sobreviventes), candidato ao governo de São Paulo nas eleições de 2002 e atual presidente do PT.

seus corpos continuavam desaparecidos, apesar da luta dos familiares para localizá-los.

A maioria dos presos era submetida a cruéis torturas para confessar o nome de seus companheiros de luta e os planos da organização à qual pertenciam, além de locais de encontros e quantidade de armas que possuíam. Em São Paulo, chegaram a ser presos muitos religiosos, acusados de colaborar com os subversivos. Um deles foi o Frei Tito, barbaramente torturado e que, posteriormente, acabaria suicidando-se na França.

De acordo com Flávio Tavares:

A tortura – como ameaça – não é uma invenção a esmo e, nela, não há qualquer acaso. É um sofisticado método de incriminação da vítima e nisso está a sua lógica e, por isso, se recorre a ela e é ela a deusa absoluta dos déspotas. Primeiro se tortura ou ameaça. Depois se interroga. A lógica é precisamente esta: destruir o prisioneiro e tornar natural o medo. O interrogatório guiado pelo terror e pelo medo é que não tem lógica humana. O que se pode tirar de uma pessoa desfeita, sem ânimo, sem metas e sem mitos, que sentiu o gosto ou pressentiu o delírio da destruição ou da morte? O que se tira de um derrotado absoluto? Talvez algo de verdade, sim, mas muito mais a fantasia delirante sobre algum dado verdadeiro e isolado que não representa verdade alguma, muito menos uma revelação merecedora de investigação (Tavares, 1999, p. 219).

4 A VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA E SUA ATUAÇÃO NO BRASIL

Dentre as muitas organizações de resistência à ditadura, merece destaque a Vanguarda Popular Revolucionária – VPR. Essa organização nasceu, em março de 1968, de um grupo basicamente paulista, vinda da fusão de uma ala esquerda da POLOP (Organização Revolucionária Marxista de Política Operária), composta de estudantes, intelectuais e ex-militares que se orientavam pelo prisma guerrilheiro cubano e que criticavam seus dirigentes por excesso de teorismo e ausência de ação, e remanescentes do projeto de criação do MNR – Movimento Nacional Revolucionário. A partir de dezembro de 1968, a organização receberia o nome de VPR, já contando com a participação de um grupo de militantes de Osasco, que se caracterizava pela sua condição de operários-estudantes.

No decorrer de 1968, a VPR assaltou o Hospital Geral do Exército e realizou um atentado a bomba contra o Quartel-General do II Exército, ambos em São Paulo, ^{detonando} ~~denotando~~ a tática de enfrentamento aberto.

No mesmo ano, em outubro, membros da VPR participaram da execução do oficial norte-americano Charles Chandless, suspeito de ser agente da CIA.

Para janeiro de 1969, estava preparada uma grande operação que envolvia o oficial Carlos Lamarca. O mesmo deveria se retirar de sua unidade (o 4º Regimento de Infantaria, em Quitaúna, Osasco), levando consigo uma grande quantidade de armamentos. No entanto, a operação foi percebida pela repressão e teve que ser realizada emergencialmente, não atingindo seu objetivo pleno quanto ao número e qualidade dos armamentos. O ciclo de prisões que se seguiu comprovou a tese de alguns membros da VPR que julgavam a ação inoportuna.

Em abril de 1969, a VPR fundiu-se com o Colina, de Minas Gerais, formando a VAR – Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares). Em setembro, no entanto, houve nova dissensão, ocasionando o ressurgimento da VPR que contaria, então, com grupos atuantes no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul.

O principal líder desta nova constituição da VPR era o Capitão Lamarca, que pregava a luta armada, especialmente na área rural, como forma de resistência ao regime militar, relegando a segundo plano o trabalho político e a formação de bases.

A maioria dos militantes dirigiu-se ao Vale da Ribeira, no sul de São Paulo, onde foi montada uma área de treinamento de guerrilha.

Em fevereiro de 1970, em função da prisão de um militante que conhecia a localização da área, a VPR seqüestrou o cônsul japonês e obteve, em troca da sua libertação, a soltura do militante Mário Japa e de mais um pequeno grupo de presos políticos que foi mandado para o México.

Mesmo superado este episódio, a área foi localizada em março e o Exército realizou uma intensa campanha militar, realizando o cerco da região. Sob o

comando de Lamarca, alguns guerrilheiros que permaneciam na área conseguiram furar o cerco e fugir para a capital paulista.

No entanto, as baixas da VPR foram consideráveis. Além disso, a descoberta do cadáver do policial Alberto Mendes Júnior, morto na área do Vale da Ribeira, exacerbou a imagem negativa da organização diante da opinião pública, graças à campanha promovida pelos meios de comunicação.

A VPR, em São Paulo, ficou desarticulada e a maior parte dos que restaram dirigiu-se para o Rio de Janeiro. Ali, realizaram mais dois seqüestros, em 1970: em cooperação com a ALN, seqüestraram o embaixador alemão, Von Halleben, conseguindo a libertação de quarenta presos políticos que foram levados para a Argélia, e o embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher, pelo qual foram trocados mais setenta prisioneiros, que foram enviados para o Chile.

As operações, apesar do sucesso aparente, debilitaram muito a organização, que saiu das negociações desgastada e com tensões internas. Outrossim, as freqüentes prisões e a falta de reposição de militantes por carência de trabalho de recrutamento constante, culminaram com a saída de Lamarca e de outros militantes, que se ligaram ao MR-8.

Uma última tentativa de rearticulação da VPR, liderada por dirigentes exilados, foi frustrada pela atuação do agente duplo Cabo Anselmo que provocou uma verdadeira chacina, em Pernambuco.

Dos vários núcleos da VPR, um deles atuou no Rio Grande do Sul, tendo entre seus militantes membros ilustres como João Carlos Bonna Garcia¹⁴, Félix

¹⁴ Elemento de ligação entre o núcleo da VPR de Porto Alegre e de Passo Fundo.

Silveira da Rosa Neto¹⁵, Bruno Piola, Roberto De Fortini¹⁶ e Carlos Araújo¹⁷. Uma das ramificações da organização instalou-se na região de Três Passos, na Barra do Turvo com o Uruguai, contando com a atuação de militantes da região (não tão famosos, mas não menos ilustres ou maltratados pelo regime) como o Dr. Reneu Mertz e o jovem estudante Antônio Alberi Maffi.

¹⁵ Membro do comando regional da VPR, que participou, dentre outras ações, da tentativa frustrada de seqüestro do cônsul americano Curtis Cutter, em Porto Alegre.

¹⁶ Bruno Piola e Roberto De Fortini eram italianos naturalizados brasileiros. O último citado era coordenador da Base da VPR, na Região do Alto Uruguai.

¹⁷ Ex-deputado estadual pelo PDT e ex-companheiro de Dilma Roussef, também militante da VPR, indicada para ocupar o cargo de ministra de Minas e Energia, no governo Lula.

5 A ATUAÇÃO DA VPR NA REGIÃO DE TRÊS PASSOS

5.1 DO PROTESTO À RESISTÊNCIA - 1964-1968

“ Tendo tudo para contar, sempre quis esquecer” (Tavares, 1999, p.11)

É a partir do depoimento de Antônio Alberi Maffi, que foi resgatada a história da atuação da VPR na Região de Três Passos, mostrando-nos como, apesar da opressão ditatorial, as organizações planejavam ações e buscavam espaço para lutar pela volta da democracia e pelo direito de falar e agir.

Nos primeiros anos após o golpe , que os militares insistiam em denominar de Revolução de 31 de Março – a Redentora -, o Brasil vivia uma realidade marcada de expectativa quanto aos rumos do novo regime.

Adolescente, oriundo de família de agricultores do interior de Braga, Antônio Alberi Maffi cursava o ginásio na cidade de Passo Fundo, quando assistiu pela primeira vez um movimento de tropas militares. Era março de 1964. Morava

próximo ao quartel da Brigada Militar quando o governador do Estado, Ildo Meneghetti, em função do golpe de estado, deixou Porto Alegre e passou a governar daquela cidade interiorana, mais precisamente daquele quartel. O movimento de efetivos da Brigada e do Exército era intenso em toda a cidade, especialmente naquele quarteirão. Sem entender direito, o jovem Alberi percebia em muita gente contrariedade e sinais de repulsa pela inédita movimentação.

E foi assim que, residindo em casa de um tio, ferroviário e brizolista convicto, o rapaz começava a tomar contato com a política.

Estudava num dos melhores colégios particulares da cidade, o Instituto Educacional (IE), graças a ajuda financeira do então Deputado Estadual Darcilio Giacomazzi (PTB/MDB), cassado em 1969.

O Instituto Educacional de Passo Fundo, ligado a Igreja Metodista, tinha em seu corpo docente alguns professores americanos.

O aluno Alberi teve, sempre, uma ativa participação na escola : liderança de aula, clube literário, grêmio estudantil...

Todos os anos, realizava-se um concurso de oratória; evento tradicional na escola e na cidade. Os primeiros classificados nas escolas participavam, como seus representantes, na competição em âmbito municipal. Na eliminatória do IE, os participantes, na sua totalidade, trataram de temas tradicionais e amenos. O discurso de Alberi foi um libelo à Guerra do Vietnã. Denunciava o imperialismo norte-americano e o brutal massacre desencadeado contra o povo vietnamita, solidarizando-se com a luta heróica daquele povo asiático. Ganhou o concurso, mas foi proibido pela direção de representar o Colégio no âmbito municipal. A União Passofundense de Estudantes, promotora de certame, não aceitou.

Participou, então, a revelia da direção, e ganhou novamente. Houve ampla divulgação pela imprensa local. Noutra dia, Alberi procurou a direção da Escola para entregar-lhe o troféu, que foi recusado. O troféu foi deixado exposto na sala do Grêmio Estudantil.

A partir desse episódio, o Alberi intensificou sua participação no movimento estudantil. Ele lia muito. Hábito adquirido no seu tempo de seminarista. Em razão disso, argumentava com firmeza e facilmente convencida e mobilizava os colegas.

Suas ações, no entanto, resumiam-se a protestos, pichações, panfletagens, convocação de greves e passeatas. De um modo geral, reproduziam o que se passava no Brasil e no resto do mundo.

Toda esta movimentação da juventude brasileira, no campo da cultura e da política, era um espelho refletindo os processos comandados pelos jovens do mundo inteiro. No Brasil, como no resto do mundo, o Movimento Estudantil explodiu em 1968. As manifestações de protesto, por serem violentamente reprimidas pela força policial, provocavam reações da sociedade em geral. Na "Passeata dos 100 mil", como ficou nacionalmente conhecida, realizada em 26 de junho, no Rio de Janeiro, as pessoas desfilavam aos brados de "Abaixo a Ditadura" ou "Povo unido, jamais será vencido". De braços dados com estudantes, os organizadores, caminhavam artistas, intelectuais, parlamentares, religiosos... (Colling, 1997, p. 37).

Em Passo Fundo, o movimento secundarista, comandado pela União Passofundense de Estudantes (UPE), estava na vanguarda das manifestações. Com uma postura mais firme e combativa, de certo modo, determinava as ações do movimento universitário.

Destacavam-se na liderança do Movimento Estudantil, naquela época, Solon Viola e Bona Garcia, ambos dirigentes da UPE. O grupo liderado por Solon ligava-se à Ação Popular, mais sintonizada com a corrente religiosa da esquerda.

Foi, porém, através de Bona Garcia que Alberi passou a militar no POC – Partido Operário Comunista – convidado a dele fazer parte logo após o episódio do discurso.

5.2 DA MILITÂNCIA À OPÇÃO PELA LUTA ARMADA - DO POC À VPR - 1968-1970

Escancarada, a ditadura firmou-se. A tortura foi seu instrumento extremo de coerção e o extermínio, o último recurso da repressão política que o Ato Institucional nº 5 libertou das amarras da legalidade. A ditadura envergonhada foi substituída por um regime a um só tempo anárquico nos quartéis e violento nas prisões. Foram os anos de Chumbo. (Gaspari, 2002, p.13)

A primeira reunião do grupo, como militantes do POC em Passo Fundo, antecedida de esquema de segurança, foi no meio do mato.

Do núcleo principal, participavam: Bruno Piola, Bonna Garcia, Roberto De Fortini, Belmor Palma, Luís Carlos de Oliveira, Eden Pedroso, Leopoldo Feldens e outros. Quase todos, mais tarde, estariam compondo os quadros da VPR, participando, inclusive, da base implantada na região de Três Passos, às margens do Rio Uruguai.

A partir desse momento, na condição de membro atuante de uma organização de esquerda, com ações na sua maioria desenvolvidas de forma clandestina, houve um redimensionamento na vida de Alberi. A necessidade de conciliar a participação no movimento estudantil com o cumprimento de tarefas

mais amplas do ponto de vista político-ideológico, determinou bruscas e inesperadas rupturas de ordem pessoal e social.

Sob a orientação da direção estadual do POC, passaram à execução de algumas atividades na cidade e na região: pichações de muros, impressão e distribuição de panfletos por ocasião de eventos significativos como dia do trabalho, independência, eleições, etc, intitulados: "Contra o arrocho", "Abaixo a ditadura", "Estudantes e operários contra a ditadura", "O povo no poder", etc. A distribuição era feita sempre à noite, sob esquema de segurança, preferencialmente, em bairros e vilas populares, portas e pátios de fábricas, frente a colégios e faculdades, comitês e entidades de classe. A impressão desse material era feita de forma artesanal, utilizando-se de um "reco-reco", o que demandava noites e noites de trabalho.

Além disso, os jovens ativistas promoviam reuniões regulares, para leitura e discussão de documentos, jornais, revistas e periódicos, sobre a conjuntura nacional e internacional.

Ainda no que tange à formação teórico-ideológica dos quadros do Partido, tornava-se obrigatória a leitura de alguns livros. Foi daí o aprofundamento de Alberi nos clássicos do marxismo-leninismo. Com razoável bagagem literária e filosófica, debruçou-se, com afinco, nas leituras de Politzer (Princípios fundamentais da Filosofia), Engels (A origem da família, da propriedade privada e do estado), Marx (O capital), Lenin (obra completa), passando por Gramsci, Luckács, Marcuse; sem esquecer de Regis Debray, Mao, Guevara, Marighella...

Convictos da obrigação de fazer política de forma contínua e permanente, em todo tempo e lugar, passaram a um trabalho de convencimento e cooptação, cada qual em seu setor de trabalho, de estudo ou convivência.

Alugaram uma casa, situada numa vila operária, onde Alberi foi morar, que servia como “aparelho” do partido.

Ao aprofundar as discussões e a análise sobre a situação político-institucional do país, concluíram que havia necessidade de avançar mais no combate à ditadura.

Passaram a questionar as posições do partido, principalmente o não engajamento do POC às ações armadas urbanas e rurais. Parecia, para eles, de uma clareza absoluta que o combate à ditadura só seria eficaz se travado de forma mais firme e revolucionária. Em outras palavras: pela luta armada.

Da ruptura com o POC à ida para a VPR- Vanguarda Popular Revolucionária – foi um curto passo.

O elo de ligação do grupo de Passo Fundo com a direção da VPR, em Porto Alegre, foi feito por Bona Garcia que já atuava na capital do Estado.

5.3 A BASE DE TREINAMENTO E APOIO LOGÍSTICO DA VPR EM TRÊS PASSOS –1969-1970

Com os olhos de hoje é fácil afirmar que o foco guerrilheiro foi um gesto romântico, uma experiência bucólico-revolucionária ou uma aventura pouco condizente com a realidade ao seu redor. (Até mesmo porque, nós fomos os derrotados e qualquer teoria é irrefutável para explicar a derrota). Era impossível, no entanto, perceber isso antecipadamente, com os olhos da época. A globalização daqueles anos era o exemplo de Vietnã em armas desafiando a maior potência militar do mundo, ou a

Revolução Cubana a 70 milhas de Miami, (...) Eram aqueles anos em que o Che Guevara saiu de Cuba e esteve em "nenhuma parte", armas na mão pelo Congo. Ou, depois na Bolívia, quando - morto - passou a estar em todas as partes. Nas barricadas dos estudantes no maio de 1968, na França, na Alemanha, no México ou nas maiores cidades do Brasil. A globalização de ontem não era a do ansioso consumo irrestrito de hoje, mas estávamos também globalizados naqueles anos 60, quando esta palavra nem sequer era usual. A capacidade de indignar-se invadia o globo, nos globalizava. Gesto romântico já sabíamos que era, mas e por que não? (Tavares 1999, p.188)

A região de Três Passos foi escolhida para a implantação de uma base de treinamento e de apoio logístico¹⁸ às ações da VPR, por sua localização estratégica: divisa com a Argentina e próxima ao Paraguai, com possibilidade de deslocamento terrestre e fluvial para ambos os lados.

Os jovens ativistas não atentaram para um fator, porém. A de ser uma área "visada" por ter sido palco, em outras ocasiões, de enfrentamentos com o poder central.

Por ali passara a Coluna Prestes. Ainda existe na região vestígio e memória dos embates revolucionários dos seguidores do "cavaleiro da esperança".

Mais recentemente, acontecera a frustrada ação guerrilheira do Cel. Jefferson e Sgtº Alberi, sacudindo a região; ensejando, segundo alguns, por reação e precaução, a instalação em Três Passos de um quartel da Brigada Militar.

¹⁸ Segundo Aurélio, logística é a parte da arte da guerra que trata de: a) projeto e desenvolvimento, obtenção, armazenamento, transporte, distribuição, reparação, manutenção e evacuação de material (para fins operativos ou administrativos); b) recrutamento, incorporação, instrução e adestramento (...), evacuação e deslocamento de pessoal; c) aquisição ou construção, reparação, manutenção e operação de instalações e acessórios destinados a ajudar o desempenho de qualquer função militar.

Um dia antes de Guevara sumir de Havana, o ex-sargento da Brigada Militar, Alberi Vieira dos Santos, um dos exilados mais corajosos, radicais e faladores de Montevideú, foi a Atlântida ver se conseguia algum dinheiro com Brizola e saiu sem tostão, a pé. Encontrou-se depois com o ex-coronel Jefferson Cardim, parente remoto de Castelo Branco, que fora ligado ao PCB, (...) Cardim decidira que, a despeito das grandes insurreições planejadas no Uruguai, se ninguém fizesse nada antes do dia 31 de março de 1965, quando o regime militar completaria um ano, ele iria em frente, com o que tivesse. (...) Sem nenhum apoio de Brizola, o grupo saiu no dia 18 de março. (...) Entre o momento em que ele encontrou o sargento Alberi, no dia 13 de março, e a hora em que o caminhão entrou no Brasil, no dia 19, passaram-se menos de 144 horas. Os guerrilheiros subiram para norte e no dia 25 acercaram-se da cidade gaúcha de Três Passos. (Gaspari, 2002, p.191)

Apesar dessas circunstâncias, teve início a implantação da base na região.

Havia necessidade de cooptação de pessoas com liderança local, impávidas e temerárias. Optou-se por Reneu Mertz, por sua notória capacidade aglutinadora. A organização vicejou em nossas plagas, como plantinha tenra, praticamente inofensiva, mas de grande repercussão, como se verá a seguir, e que marcou indelevelmente não só Três Passos, como a sociedade regional. (José Bueno Trindade, em artigo anexado: A volta por cima III)

Chegaram a conclusão que o melhor seria, por questões lógicas e estratégicas, constituir uma companhia de pesca que serviria de "fachada" para as ações da organização. Após detalhados e minuciosos estudos, observando-se a topografia e geografia regional, decidiram que a companhia pesqueira concentraria suas atividades no Rio Uruguai, preferencialmente na confluência de outro rio, e abaixo do Salto do Yucumã, permitindo, com isso, a mais ampla mobilidade. Optou-se pela "Barra do Turvo", no distrito do Alto Uruguai. Uma casa foi alugada na cidade de Três Passos, para servir de sede da Sociedade Pesqueira Alto Uruguai, bem como de ponto de referência e contato.

Criada e instalada a sociedade de pesca, para lá afluíram quase todos os quadros da VPR de Passo Fundo que, gradativamente, foram incorporando-se às atividades como “pescadores ou funcionários”. Essa circunstância, algumas vezes, dificultava um pouco as atividades estritamente políticas ou operacionais (reuniões, treinamentos, etc.). Por outro lado, propiciava importante e valiosa integração com os outros pescadores e a população ribeirinha, constituída basicamente de assalariados rurais, pequenos agricultores e “chibeiros”.

Com recursos financeiros oriundos das ações de expropriação e repassados pelo comando regional, foram adquiridos barcos, barracas, ferramentas, apetrechos de pesca e algumas viaturas, incluindo-se um caminhão frigorífico (furgão) que demonstrou, depois, ser muito importante para o esquema de transporte da organização.

Ao mesmo tempo, foi instalada uma base em Imbituba (SC) que, ligada a Três Passos, possibilitaria importante ligação e intercâmbio com Passo Fundo e Porto Alegre. Alberi esteve nessa base com Roberto De Fortini, lá permanecendo por cerca de trinta dias. Compravam e vendiam camarão...

Estavam vivendo os primeiros meses de 1970...

No ano anterior, acontecera o primeiro seqüestro de diplomata, o embaixador americano Charles Elbrick, trocado por 15 militantes de esquerda. Nova Constituição. Reaberto, o Congresso elege Médici. Marighella é morto em São Paulo. Por todo o país recrudescem as ações armadas e aumenta a repressão. Mais de 100 assaltos e explosões, matando 15 guardas e policiais. Na esquerda, morrem 17 militantes, afora os desaparecidos. As denúncias de tortura chegam a 1027 ... (Gaspari, 2002, p.470)

Na região de Três Passos, continuava o trabalho militante, aliado às atividades legais.

Estivera em Três Passos e na base da Barra do Turvo, Félix Silveira Neto ("Fernando") acompanhado da companheira "Madalena". A partir de então, aumentando a precaução, passaram os ativistas a usar "codinomes" nas atividades, contatos ou informes sobre a organização. Alberi era o o "Paulinho".

Em consequência da chegada dos companheiros de Porto Alegre, os membros atuantes na região ampliaram suas atividades às margens do Rio Uruguai e adjacências, instalando pequenas bases de apoio, inclusive em território Argentino. Foram feitas escavações para abrigar mantimentos, medicamentos e armas. Estava criada e montada uma estrutura que permitiria receber e abrigar companheiros de qualquer parte do país, dando-lhes cobertura e condições para que, se necessário, deixassem o país (pensavam, inclusive, no próprio Capitão Lamarca).

A Sociedade Pesqueira ampliava suas atividades, tornando-se, por algum tempo, auto-sustentável. Traziam camarão e peixes do mar, de Imbituba (SC) que, agregados aos extraídos do rio Uruguai, eram comercializados nos mercados consumidores de Três Passos e região. O mais importante nisso tudo foi que acertaram o fornecimento de peixes para o quartel da Brigada Militar. Periodicamente, as viaturas da organização adentravam os portões do batalhão para fazer a entrega da mercadoria. À medida em que se tornavam mais conhecidos, passaram a circular com certa desenvoltura pelas dependências do quartel, Principalmente o Roberto de Fortini que, por ter sido vendedor-viajante, inclusive na região, tinha muita facilidade de comunicação e relacionamento. Com seu jeito simpático e bonachão de italiano bem falante, ia granjeando a simpatia e fazendo amizade entre oficiais e sargentos. Isso lhe permitiu, inclusive, a aquisição de algumas armas junto aos militares. Além do acesso facilitado, em

pouco tempo, tinham um apreciável levantamento sobre o quartel, suas dependências, pontos estratégicos, funcionamento da guarda, número de efetivo e armamento... Mais tarde, após sua prisão, fez-se forte terrorismo psicológico, junto a tropa, dizendo que estava nos planos da guerrilha, entre outras ações, a "tomada" do quartel com a conseqüente morte de militares.

Tudo transcorria conforme o planejado, embora os acontecimentos no resto do país motivassem certa preocupação, colocando-os em alerta.

Era março de 1970... Eis que ...

Plínio Machado, comerciante e proprietário de terras na Barra do Turvo, estranhando a movimentação do pessoal, inclusive inúmeros "caboclos" ribeirinhos, e das conversas indiscretas, veio ao quartel da Brigada, comunicando a azáfama ao Cel. Bonilla, que sucedeu ao Cel. Soveral no comando. O comandante agitou-se pressurosamente e passou a efetuar prisões, entre as quais de Alberi Maffi e Reneu Mertz. Era março de 1970. Auge e clímax da ditadura militar, recém empossado na presidência da República o Gal. Médici. Perseguições, prisões, torturas desencadeadas em todo o Brasil. Bonilla desempenhava o papel de um "pro-Cônsul" romano nestas paragens, acima da lei e das autoridades constituídas; ele era o "Poder incontestável". (José Bueno Trindade, em artigo anexado: A volta por cima IV)

5.4 DA PRISÃO E DA TORTURA - março de 1970

"Hoje não estou preso, nem derrotado, nem sozinho. Na minha parede não há grades e não há paredes no meu mundo. Hoje sou o que penso ser, não o que sou." (Tavares, 1999, p.273)

Vinte e nove de março de 1970. Um Domingo. E não por ser domingo, mas Alberi não lembra exatamente a razão, não estava em Três Passos. Avisaram-no, em Braga, que o Reneu e mais algumas pessoas do Alto Uruguai haviam sido presas e encontravam-se no quartel da Brigada em Três Passos. Afinal, tinham um razoável esquema de comunicação e informações...

Na madrugada do dia 30, o Alberi, utilizando-se de estradas e caminhos secundários, a fim de evitar barreiras policiais, foi a Passo Fundo para avisar ao pessoal de lá sobre a prisão dos companheiros. Antes, porém, inteirara-se em Três Passos, sobre as circunstâncias da prisão do grupo, obtendo a informação de que a suspeita era a de que a sociedade pesqueira estaria encobrindo e/ou envolvida em atividades de contrabando. Descartava-se, portanto, a hipótese de subversão. Por enquanto...

O contato de Alberi em Passo Fundo era o Bruno Piola, num esquema pré-convencionado.

Discutiram muito com os companheiros de lá sobre a melhor alternativa a ser tomada frente a situação. Alberi expôs a sua intenção de voltar a Três Passos e, dependendo das circunstâncias, apresentar-se às autoridades, diminuindo ou dirimindo, com isso, as suspeitas sobre o grupo e a atuação da sociedade pesqueira. Os companheiros estavam confiantes de que, persistindo a tese de contrabando, seria fácil safarem-se e, assim, preservar a estrutura e o trabalho desenvolvido na região. Mais tarde, perceberiam quão ingênuo e primário fora tal raciocínio. É inegável afirmar que, naquele momento, pesou muito o espírito de solidariedade e companheirismo em relação ao grupo detido; especialmente a forte amizade do Alberi com o Reneu.

Decisão tomada, retornou Alberi para Três Passos. Antes de chegar, contudo, foi preso, na manhã de 31 de março (ironia...), na cidade de Braga, por efetivos da Brigada Militar, sendo imediatamente conduzido ao quartel de Três Passos.

No dia seguinte, teve início o inquérito, conduzido pelo Tenente Álvaro Raul Ferreira. Como previam, as perguntas todas tinham como objetivo principal desvendar a suspeita de contrabando. Procurava o oficial, no seu interrogatório, exaustivamente conduzido, fazer com que caíssem em contradições. Era muito interessante e oportuno, para os militantes, naquele momento, que o inquérito prosseguisse pelo maior tempo possível nessa linha. Para tanto, procuravam dar respostas, sempre que possível, evasivas ou dúbias. Assim procedendo, dariam tempo e condições para que os companheiros ainda em liberdade, e a própria organização, tomassem as medidas e decisões que julgassem mais cabíveis e oportunas, frente aos fatos.

Ressalte-se que, nesse período, afora alguma pressão psicológica, não sofreram nenhuma espécie de violência física. O Alberi e o Reneu circulavam com certa liberdade em algumas dependências do quartel, acompanhados apenas por um guarda. Faziam as refeições no cassino dos oficiais. Os demais presos encontravam-se num alojamento, sob a custódia de alguns sentinelas. Reproduzia-se, também ali, o preconceito e discriminação de classes.

Inesperadamente, tudo mudou.

Fim de abril, início de maio, impossível precisar. De certo apenas que era (outra vez) num domingo, quando mergulharam no inferno. Chegou ao quartel uma equipe do CIE – Centro de Informações do Exército - , posteriormente Doi-Codi, vinda do Rio do Janeiro, ao que se soube. Comandavam-na dois oficiais

(presume-se que eram coronéis, embora sempre atuassem à paisana) especialistas em tortura. Valiam-se de codinômês “Malhães” e “Cabral”.

Primeiras ações dos esbirros: imediato e total isolamento de todos os presos e incomunicabilidade com qualquer pessoa de dentro ou de fora do quartel, inclusive familiares ou advogados.

Reneu e Alberi compartilhavam do mesmo aposento: um quarto improvisado como cela. Subitamente, Alberi foi jogado, aos socos e pontapés, para uma sala ao lado. Nunca esqueceu a primeira frase dos carrascos: “acabou a festa, comunista, filho da puta !”

Anoitecia... naquele domingo.

A partir daquela noite, e por tantas outras, pesadas e intermináveis, conheceram - e padeceram - , indistinta e inapelavelmente, a brutalidade dos porões da ditadura brasileira. Das suas trevas, não tinham a mínima idéia... Eles, sonhadores de um tempo de luz.

Nas primeiras sessões, nus e encapuzados (quase sempre algemados) foram impietosamente agredidos com empurrões, chutes, pancadas, socos e pontapés por todo o corpo. No meio de tudo, gritos, ofensas, escárnio, seguidos pela aplicação do famoso “telefone” – prática de tortura que consiste na aplicação de fortes tapas, com as mãos abertas, nos ouvidos do torturado, provocando terrível sensação de tonteira e ensurdecimento.

Não demorou muito para a bárbarie adquirir requintes de crueldade: foram submetidos aos choques elétricos. Fios eram amarrados nos dedos, nas orelhas e nos órgãos genitais e ligados a uma maquininha denominada “maricota” que, acionada, provocava crescentes choques, aumentando de intensidade a

medida que nela se imprimia mais velocidade. Os choques perpassavam pelo corpo, rasgando músculos e nervos, corroendo, esmigalhando, destruindo física e psicologicamente o prisioneiro. Muitos desmaiavam (... O choque elétrico não se aplica com intenções assassinas, mas para triturar o prisioneiro, esmigalhá-lo, reduzindo-o a uma condição de inferioridade e impotência absoluta, física e psicológica).

Angústia enorme era procurar descobrir quem estava sendo torturado. Tentavam imaginar pelos lancinantes gritos de dor e pedidos de clemência quem era a vítima da vez. Quanto e o que queriam os carrascos? No início, ao berros, perguntavam: "Quem são os outros?", "Aonde estão?", "Nomes, queremos os nomes!" E, obsessivamente: "As armas, cadê as armas, onde estão as armas?"

Na tortura, procuravam, primeiro, desmontar o preso e arrancar as confissões mais imediatas e práticas. O interrogatório continuava depois, durante o dia, para tornar contínuo o suplício.

Passados alguns dias de total e absoluto terror, supliciados militantes ou não, visto que, para os esbirros da ditadura, a princípio, todos faziam parte da "base guerrilheira", a tropa de choque da tortura anunciou sua retirada, prometendo voltar em breve para continuar "o trabalho". Entregaram aos presos algumas folhas de papel para que cada um escrevesse a "sua história" na organização, que deveria ser entregue ao Cel. Riograndino Bonilla, comandante do quartel e que, então, presidia o IPM. O tenente Álvaro fora afastado das investigações, queimado, por haver insistido na tese do contrabando.

Àquelas alturas, ficava difícil saber quem tinha sido feito prisioneiro, o que cada um tinha falado, quem ainda estava em liberdade, enfim. Acontecia, muitas vezes, de aguentarem horas e horas de tortura, negando ou escondendo

alguma informação, omitindo algum nome, quando , desgraçadamente, a repressão já sabia.

Até hoje não está muito claro como foi, realmente, que “caiu” a base de Três Passos. Uma versão que circulou, mais tarde, seria a de que fora encontrado um mapa no Vale do Ribeira, onde a VPR manteve, por algum tempo, sob o comando direto de Lamarca, um foco guerrilheiro. Nesse mapa, estaria assinalada a região de Três Passos. Essa hipótese parece improvável, embora não tenha sido de toda descartada.

No livro “A ditadura Escancarada”, encontramos: “Fora das matas do Ribeira a guerrilha era outra. Em Brasília o líder do governo na Câmara dos Deputados, Raimundo Padilha, falava de sete soldados mortos e um oficial aprisionado. A TV Globo informava que fora descoberto outro campo de treinamento na fronteira com a Argentina. – cfe. Telegrama da agência Prensa Latina, de 8 de maio de 1970”. (Gaspari, p. 198)

Outra hipótese: com a tentativa frustrada de seqüestro do cônsul americano em Porto Alegre, muitos companheiros foram presos, inclusive alguns que sabiam e até estiveram na base de Três Passos.

Hoje, isso não tem muita importância. A verdade é que naquela época foram caindo todos e em vários lugares. A VPR intensificava suas ações em todo o país.

Na região, desencadeou-se uma brutal repressão contra os que eram contrários à ditadura ou até mesmo ousassem, simplesmente, questioná-la. Ser suspeito, bastava para ser alvo da perseguição. Foram feitas inúmeras prisões. O

quartel do 7º BPM fervilhava. Em meados de maio, uma nova leva de presos foi levada para o batalhão. Entre eles, Roberto De Fortini.

A imprensa noticiava segundo os "releases" que lhes eram fornecidos pelos militares. Com a versão e interesse destes.

Na sua edição de 16 de maio de 1970, o jornal "O Observador", de Três Passos, estampava em primeira página : PRESO ROBERTO DE FORTINI – TRAMA SUBVERSIVA DESMANTELADA – Aclara-se a situação–". Relacionava, ainda, os presos no quartel de Três Passos e transcrevia matéria do Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, sobre o movimento guerrilheiro ^{da} esta região (material anexo).

Enquanto isso, voltava a barbárie ao interior do quartel.

De volta, os algozes do CIE reiniciavam o seu "trabalho". Embora quase ninguém escapasse à sanha ensandecida dos torturadores, Roberto De Fortini, por sua condição de chefe do movimento, foi o que mais sofreu torturas nessa ocasião. Foi muito valente, no entanto, o italiano. De Fortini, embora não tivesse uma grande formação teórica, fora sempre um grande estrategista, aliando prática e competência a uma apurada capacidade de liderança.

Dentre os presos, nesse período, encontrava-se o advogado José Bueno Trindade, líder político e democrata, mas que nada tinha a ver com a VPR. Seu único crime era o de ser amigo e companheiro partidário (MDB) do Reneu, na Câmara de Vereadores. Torturado psicologicamente, portou-se com altivez.

Em depoimento, posteriormente, diria:

Desencadeou-se neste município e na micro região uma raivosa repressão contra aqueles contrários à ditadura militar imperante. Vários foram presos, inclusive o

depoente-declarante, por um período menor, de vinte e cinco dias. Precedentemente a repressão trouxe a Três Passos o DOI-CODI, para arrancar confissões dos detidos. Alberi e Reneu passaram três dias algemados, alvo de cruel tortura, principalmente à noite, quando eram levados para as obras do quartel do 7º BPM, então fora da cidade. As torturas, ao que se sabe, entre outros bárbaros métodos, faziam-se com a famosa "maricota". Depois, já no mês de maio de 1970, quando também o declarante se encontrava preso politicamente, mais uma vez chegou a Três Passos o DOI-CODI. Começaram as torturas contra os presos à noite, pelas vinte e uma horas e se prolongaram até o amanhecer do dia seguinte. Ouvia-se a pergunta obsessiva: "Onde estão as armas?" em face da resposta negativa, corria solta a tortura, ouvia-se gritos lancinantes, cessando momentaneamente pelo desmaio dos torturados. Essa foi a noite de "São Bartolomeu", pelo massacre dos opositores do mal-fadado regime, opressor e desumano". (Depoimento anexado)

Foi nessa noite que aconteceu um fato insólito. Enquanto ouvia os gritos dos companheiros sendo torturados e sentado a um banco no corredor, próximo a sala dos suplícios, ao lado de um dos torturadores ("Malhões", possivelmente), Alberi aguardava a vez de ser levado de novo para a tortura. De repente, o oficial levantou-se, caminhou alguns passos em direção a alguns guardas, deixando no banco, ao alcance da mão do Alberi, sua pistola. "Nos primeiros dias de prisão e tortura, a ânsia de livrar-se é tanta que não se percebem as armadilhas..." (Tavares, 1999, p. 45). Aquela pistola, ali propositadamente deixada, era a sua sentença de morte. Se a apanhasse, certamente teria sido fuzilado e estaria montado o quadro: tentativa de fuga e reação armada.

E assim, sucessivamente, noite após noite, foram arrancando as confissões necessárias, complementadas pelos depoimentos escritos durante o dia, para formatar a denúncia constante no IPM oficialmente presidido pelo Cel Bonilla e remetido posteriormente à Justiça Militar.

Findo o processo inquisitório, foram indiciados e denunciados: Roberto Antônio De Fortini, italiano, naturalizado brasileiro, vendedor-viajante, 33 anos; Bruno Piola, italiano, naturalizado, contabilista, 32 anos; Antônio Alberi Maffi, brasileiro, universitário, 20 anos; Belmor Carlos Palma, brasileiro, universitário, 28 anos; Sérgio Guimarães Siqueira, brasileiro, vendedor ambulante, 19 anos; Reneu Geraldino Mertz, brasileiro, cirurgião-dentista, 30 anos; Adão Dias Machado, brasileiro, protético, 34 anos; Jaime da Silva Ramos, brasileiro, pedreiro, 36 anos e Luis Carlos de Oliveira, brasileiro, estudante, 18 anos.

Alguns dias depois foram transferidos para a cidade de Santa Maria a fim de aguardar instrução do processo e julgamento pelo Conselho Militar da 3ª Auditoria da CJM .

Fomos divididos em dois grupos: Roberto De Fortini, Bruno Piola, Belmor Palma, Luis Carlos e Alberi Maffi ficaram no quartel do 3º BCC₄, unidade do Exército, a cinco quilômetros da cidade; Reneu, Sérgio Guimarães, Adão Dias e Jaime Ramos, foram alojados numa Companhia Militar a uns 500 metros do Batalhão.

No segundo dia, o comandante do quartel reuniu a tropa no pátio, em frente a cela em que estavam Alberi e seus companheiros, e fez uma longa preleção, alertando os militares sobre os perigos traiçoeiros da subversão, chamando a atenção e pedindo redobrada vigilância porque naquela unidade militar estavam presos alguns dos mais perigosos terroristas do país. Fazia parte da psicologia de mando e controle hierárquico nos quartéis. "...Éramos apresentados como a personificação do terror absoluto e isso provocava pânico". Um exemplo disso, era o aparato formado (soldados com fuzis ou metralhadoras) cada vez que lhes levavam a comida ou quando os levavam (duas vezes por

semana) para tomar sol. Somente quem esteve preso pode avaliar a importância que representa o sol para o prisioneiro. Naquele clima de terror, porém, o que seria um dos momentos de prazer, tornava-se motivo de pavor e medo.

Seguiram-se longos e intermináveis dias de cárcere. Tudo era regulado e controlado. Não podiam ouvir rádio, sequer ler jornais ou revistas. Muito mais tarde, tiveram acesso, controlado e censurado, a livros.

Puderam ter contato pela primeira vez com advogados. O consulado italiano havia contratado dois advogados famosos de Porto Alegre para a defesa de Bruno e De Fortini. Graças ao apoio de amigos de Três Passos, liderados por Benjamim da Silva Osório (advogado, outrora também perseguido pela ditadura) tiveram a sua disposição (Reneu e Alberi) os inestimáveis serviços do casal de advogados, de Santa Maria, Drs. Flávio e Norma Cassel (amigos do advogado Adelmo Genro, pai de Tarso Genro). Não era fácil, então, conseguir quem se dispusesse a defender presos políticos. Temerária e perigosa tornava-se a tarefa. Não raras vezes o regime confundia a defesa com o engajamento às idéias e à causa do prisioneiro.

Interessante observar que, por todo esse tempo estiveram presos ilegalmente, contrariando as mais elementares normas do direito. No Boletim Regimental nº 126-70, de 07 de julho de 1970, do 7º BPM, encontra-se lavrado o seguinte despacho: "II – Decretação de Prisão Preventiva – Comunicação – Transcrição – O Exmo. Sr. Juiz Auditor da 1ª Auditoria da JME, através do ofício nº 285/70, datado de 26 de junho p/passado, comunicou que naquela data, por solicitação do Cel. Riograndino Menezes Bonilla, encarregado do IPM, foi decretada a prisão preventiva dos civis.....(seguem-se o nomes).

De março a junho de 1970, estiveram praticamente “seqüestrados” pelas forças militares.

Grande parte do tempo - e o tempo na prisão parece eternizar-se — gastavam em longas conversas, reminiscências e, principalmente, discussões sobre política. Aproveitavam para fazer uma ampla revisão crítica de sua ação, sua luta, seu sonho abortado de fazer a revolução e construir uma sociedade mais justa, livre e igualitária. Discutiam muito sobre o caminho para o socialismo. Quando, em setembro, Salvador Allende foi eleito presidente do Chile, analisaram bastante a possibilidade de se alcançar o socialismo pela via eleitoral e democrática. Foi a mais extraordinária sacudida em suas concepções. (Mais tarde, exilados, assistiram , em Santiago, o bombardeio do palácio La Moneda e a morte do presidente que simbolizava a esperança libertária dos povos latino-americanos). Revisaram alguns conceitos, reafirmaram outros. Em suas reflexões sobre a questão da luta armada, surgia, pela primeira vez como possibilidade, o combate à ditadura de maneira diversa da que haviam tentado e fracassado.

Pessoalmente, Alberi continuava a acreditar que a derrota era passageira e momentânea. Renovados, feita a necessária autocrítica, retomariam mais tarde, juntamente com o povo (no seu segmento mais sofrido e espoliado) a reconstrução e consolidação da democracia, das liberdades e da justiça social.

A par das discussões, buscavam todas as formas possíveis para suportar a solidão. Com o Fortini e o Bruno, aprenderam um pouco de italiano; francês com o Belmor, que dominava razoavelmente o idioma. Alberi escreveu muitas poesias que se perderam depois nas andanças fora do país, no período de exílio. As visitas, escassas e controladas, para qualquer um dos presos, eram

motivo de profunda satisfação para todos, porque levavam notícias do mundo lá de fora. Aprenderam uma forma de ludibriar o controle e a vigilância: orientaram as pessoas que os visitavam para levarem frutas, alimentos, bolachas, etc, sempre enroladas em jornais do dia ou que contivessem informações importantes para eles. Assim, ficavam a par, embora precariamente, dos acontecimentos no país. Havia ainda alguns, no corpo de guarda, que ligavam o rádio com mais volume e assim, eventualmente, ouviam noticiários. Um soldado (nunca souberam o seu nome), devia ser simpatizante, porque sempre que encontrava-se de sentinela postava-se embaixo da janela com seu radinho e sintonizava em todos os noticiários da hora, arriscando-se a ser descoberto e punido. Demonstração genuína de solidariedade e companheirismo.

A maior ou menor opressão dependia muito do humor do oficial do dia e do comandante da guarda. Havia os duros e os mais camaradas. Destes, alguns conversavam por longo tempo com os detidos sobre os mais diversos assuntos. Havia até, poucos é claro, os que se aventuravam a falar sobre política.

Era dezembro de 1970. Abruptamente, foram separados de cela. Alberi ficou por alguns dias sozinho em uma cela ao lado. Roberto De Fortini e Bruno, foram retirados. A VPR seqüestrara o embaixador suíço Giovanni Bucher pelo qual exigia a libertação de 70 presos políticos. Souberam, depois, que os companheiros haviam sido levados a Porto Alegre e após banidos para o Chile. O Bruno levando consigo a esposa Geni e as filhas Tatiana, Cátia e Bruna.

Quebrada momentaneamente a rotina e passado o medo de represálias, aos poucos retornaram à normalidade -anormal- da cadeia. Aguardavam o julgamento.

5.5 DO JULGAMENTO E CONDENAÇÃO - agosto de 1971.

“A justiça Militar brasileira, conforme demonstrado nesta pesquisa do Projeto Brasil Nunca Mais, tinha plena consciência da aplicação rotineira de sevícias durante os inquéritos, e ainda assim atribuía validade aos resultados destes, apoiando neles seus julgamentos.” (Relatório BNM, 1985)

Era 30 de agosto de 1971.

A sala de audiências e julgamento da Auditoria Militar, em Santa Maria, estava lotada. Muitos familiares e amigos dos presos, aguardavam não menos angustiados a sentença a ser proferida pelo Conselho Militar. Forte esquema de segurança dentro e fora do prédio. Excluídos do julgamento, por terem sido banidos, o Roberto de Fortini e o Bruno Piola, sentaram-se os demais frente ao conselho de sentença.

Após muitas horas de acusações por parte da promotoria militar e defesa corajosa de seus advogados, o presidente do Conselho Militar, formado por cinco oficiais superiores do Exército, finalmente ditou a sentença.

Transcrição de matéria publicada, em primeira página, no jornal “O Celeiro”, de Três Passos, em sua edição de 4 de setembro de 1971 :

Na auditoria da Terceira Região Militar em Santa Maria, foram julgados no dia 30 de agosto próximo-passado, o Dr. Reneu Gerldino Mertz, cirurgião-dentista e mais 6 pessoas, todas acusadas de pertencerem à Pesqueira Trêspassense, com atividades subversivas. Foi um longo processo e que acabou no dia 30 quando os envolvidos foram levados a julgamento. O Dr. Reneu, por falta de provas, foi absolvido

por 5 a 0, tendo sua defesa sido feita pela advogada Norma Cassel. Jaime Silva Ramos, residente em Passo Fundo, sem profissão definida, também foi absolvido. Os outros cinco réus : Adão Dias Machado, protético, residente em Passo Fundo, condenado a 3 anos de prisão; Belmor Palma, universitário, de Passo Fundo, a 3 anos; Luis Carlos da Silveira, estudante em Passo Fundo, a 3 anos; Sérgio Guimarães Siqueira, vendedor ambulante em Passo Fundo condenado a 3 anos e, Antônio Alberi Maffi, universitário, natural de Braga, a 3 anos e 3 meses de prisão (material anexado).

Após o julgamento, humilhados e ofendidos, foram recolhidos as suas celas.

Todos os presos de Passo Fundo solicitaram sua transferência para aquela cidade, no que foram atendidos após alguns dias.

Para ficar mais próximo da família e dos amigos, Alberi solicitou, através do seu advogado, permissão para cumprir o restante da pena no Presídio Regional de Três Passos. Traumatizado pela passagem no quartel da Brigada Militar, não queria voltar para aquele lugar de triste memória. O pedido foi deferido pelo Juiz Auditor e, ainda em setembro, foi transferido para o presídio de Três Passos. Nele, conviveu com as mazelas do sistema carcerário brasileiro. Com direito a cela especial, pela minha condição de preso político, abdicou dessa ilusória regalia, preferindo dividir com outros dois presos comuns uma pequena cela como as outras do presídio, compartilhando, por mais de um ano, as degradantes e abjetas condições de nossas prisões.

5.6 DA LIBERDADE VIGIADA AO EXÍLIO – 1972-1973.

“Liberdade, essa palavra que o sonho humano alimenta, que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda.”

-Cecília Meireles-

Como a lei permitia conceder aos presos que mantivessem bom comportamento, a concessão do livramento condicional, Alberi solicitou esse benefício, através do advogado, à justiça militar em Santa Maria.

Era 07 de outubro de 1972.

Estava o Alberi conversando, como costumeiramente fazia, aos sábados de manhã, com um pastor da IECLB, amigo do Reneu que era membro dessa igreja, quando lhe chamou o administrador do presídio, entregando-lhe, para que lesse, um documento com o timbre da Justiça Militar.

Era o alvará de soltura. Finalmente a liberdade. Mesmo que condicional e vigiada, era a liberdade. Indescritível a sensação de sentir-se livre...

A situação no país continuava muito tensa e preocupante. Muito mais difícil para eles, ex-presos políticos e recém saídos da prisão. Até o término da pena, era obrigado a apresentar-se, de tempos em tempos, à Justiça Militar. Era uma esquisita situação de estar livre, mas permanentemente vigiado. Sufocante

sensação de perseguição e medo. As pessoas tinham receio de conversar com ex-detentos...

O Brasil continuava convulsionado. A guerrilha no Araguaia, mantida pelo PC do B era violentamente reprimida; guerrilheiros eram sumariamente fuzilados. Censura e repressão cada vez mais coercitiva aquela e violenta esta. Ao findar o ano de 1972 havia no país um saldo de 58 mortos, 18 desaparecidos e 5 suicidas, 3 enforcados na cadeia. As organizações de esquerda na sua quase totalidade estavam desmanteladas. Qualquer contato poderia significar a morte.

No primeiro semestre de 1973, com poucas variáveis, persistia idêntica situação. Médici comunicou ao Gal. Geisel que ele seria o seu sucessor...

A partir de julho, finda em definitivo a sua pena, não havendo mais necessidade de apresentar-se às autoridades, Alberi resolveu deixar o país. O Chile com sua experiência socialista atraía grande maioria da esquerda brasileira. Lá estavam também alguns dos companheiros da VPR.

De forma extremamente cuidadosa e sigilosa, Alberi estabeleceu alguns contatos, munindo-se de alguns endereços e pontos no exterior e, clandestinamente, deixou o país.

Depois de passar, incógnito, pelo Uruguai e pela Argentina, chegou, em fins de agosto, em Santiago – capital chilena. Primeiro a encontrar: Bruno Piola e sua família. Ficaria em sua casa até a manhã do golpe sangrento de 11 de setembro que sepultaria tragicamente, com o presidente morto, uma das mais fantásticas e maravilhosas experiências de construção socialista em curso na América Latina.

Começava então a amarga experiência de percorrer caminhos estranhos, em terras desconhecidas, na condição de exilado.

A primeira e mais perigosa aventura: com a capital chilena transformada em campo de guerra, Alberi caminhou, disfarçada e cuidadosamente, no primeiro momento em que os golpistas suspenderam, por uma hora, o toque de recolher, dirigindo-se, com Bruno e sua família, para a embaixada italiana. Chegando a embaixada, foram recebidos pelo próprio embaixador e informados de que a determinação do governo da Itália era que fossem acolhidos somente italianos e seus descendentes. O embaixador ligou, então, para o seu colega, embaixador mexicano, e foi informado de que a embaixada do México estava concedendo asilo a todo e qualquer cidadão latino-americano. Alberi conseguiu entrar na embaixada mexicana minutos antes de a mesma ser cercada pelos carabineiros, força policial chilena. Não fora isso, talvez não estivesse concedendo este depoimento hoje.

E aí foi, mundo afora...

Do Chile para o México; depois para Bélgica, mais tarde Argentina e, finalmente, em 1974, com a propalada "abertura", de volta ao Brasil.

Mais ou menos um ano de périplo, sobrevivendo a algumas situações absurdas, difíceis; infinitamente interessantes, porém...

As feridas e as cicatrizes abertas, ainda sangrando...

CONCLUSÃO

Ao remexer o baú do Golpe Militar desencadeado em março de 1964, não há como fugir da sensação de perplexidade. Essa perplexidade advém da constatação de que o Golpe aconteceria inevitavelmente, mesmo que o nosso presidente, João Goulart, tentasse resistir.

O Golpe não foi uma idéia cevada exclusivamente pelos militares: foi uma estratégia geopolítica, tutelada, ainda que de longe, pelos estados Unidos da América.

Se o presidente e o povo tentassem resistir, só mudaria uma coisa: teríamos muito sangue derramado, porque haveria, com certeza, uma guerra civil, com os norte-americanos ajudando a matar o povo brasileiro.

Além dessa constatação, outra estarrece-me: a de que a máquina montada pela ditadura era perfeita. Havia uma engrenagem tão bem encaixada, tão bem azeitada, que não havia possibilidade real de ludibriá-la ou enfrentá-la com sucesso. Seus sistemas de treinamento, informação, segurança, tortura, interrogatório, eram assustadoramente bem organizados.

Em função dessas constatações, é que não me admiro da quantidade de gente que foi presa, torturada, investigada. Nenhuma organização montada pelos nossos jovens idealistas e lutadores seria capaz de derrotar, efetivamente, toda uma operação minuciosamente elaborada. Não me admiro, mas deploro miseravelmente que tenhamos perdido tantos meninos e meninas, para esse monstro chamado repressão.

É ainda a partir dessas constatações, que admiro mais os grupos que se mobilizaram, corajosamente, para lutar contra a ordem estabelecida pelos militares. Não eram "louquinhos desvairados", eram pessoas arraigadas aos mais belos ideais de justiça, pondo em risco a sua juventude e a sua vida, em prol da causa democrática.

Eram jovens que largavam o conforto de suas casas, para viver perigosamente. Eram jovens que estudavam com afinco, que se embasavam solidamente, para enfrentar o grande desafio do idealismo versus capitalismo.

Eram políticos, militares, profissionais liberais, religiosos, operários, colocando em risco seus empregos e suas famílias, por uma causa.

Grandes lutadores. Grandes "Davis" lutando contra Golias.

E a minha última constatação é a que me entristece mais: a de que os militares devolveram o governo aos civis, não apenas graças à resistência. Eles nos devolveram o poder, quando seu modelo econômico falhou e não havia mais justificativa plausível para a ditadura.

Na verdade, entregaram aos civis um país com gravíssimos problemas econômicos, com o qual nem mesmo eles sabiam o que fazer. Entregaram-nos o nosso país maltratado, simplesmente, porque quiseram devolver.

Isso desmerece a luta? Jamais. Que moral teria um povo que apanha calado? Que não luta por seus direitos? Se nossos jovens não tivessem espedeado tanto, a comunidade internacional jamais ficaria sabendo do verdadeiro holocausto existente por aqui. Se tivéssemos nos conformado, talvez a ditadura não durasse vinte, mas, sim, trinta anos...

BIBLIOGRAFIA

ARNS, D. Paulo Evaristo (prefaciador). *O Perfil dos Atingidos*. Petrópolis: Vozes, 1988

ARNS, D. Paulo Evaristo (prefaciador). *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

COLLING, Ana Maria. *A Resistência Das Mulheres À Ditadura Militar No Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

DARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. *Democracia E Forças Armadas No Cone Sul*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GARCIA, J. C. Bona e POSENATO Júlio. *Verás Que Um Filho Teu Não Foge À Luta*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

LANGGUTH, A. J. *A Face Oculta Do Terror*. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

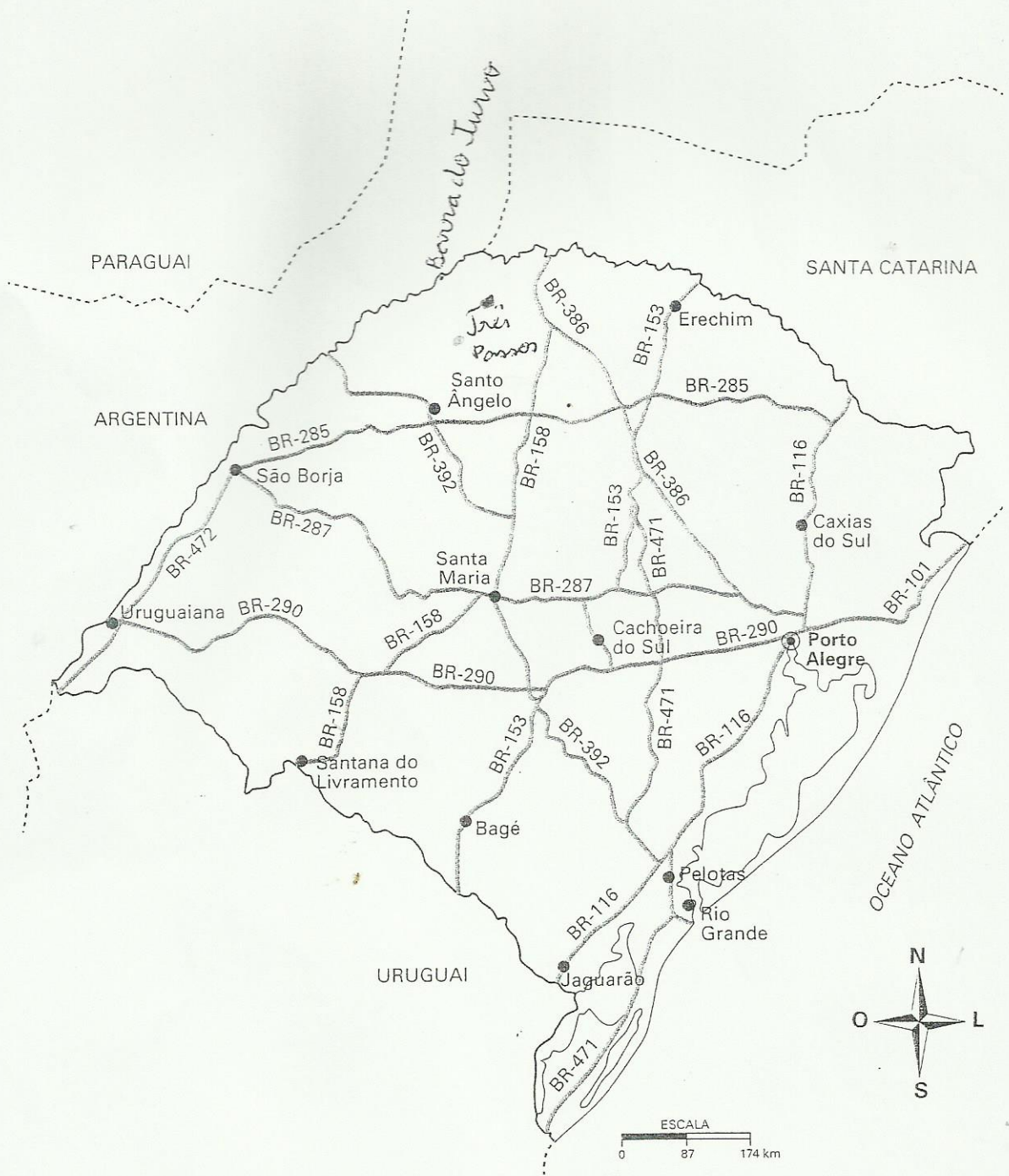
PILETTI, Nelson. *História do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996

TAVARES, Flávio. *Memórias do Esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999.

VARGAS, Indio. *Guerra É Guerra, Dizia O Torturador*. Rio de Janeiro: Codecri Ltda, 1981.

FONTE ORAL:

MAFFI, Antônio Alberi. 53 anos, Braga, Rio Grande do Sul.



O CELEIRO

ANO I

N.º 10

Três Passos, 7 de maio de 1970

Era para ser pescaria, mas não era...
Poderia ser contrabando, mas não era...
Era subversão

Em setembro, mais ou menos, de 1969 o Dr. Reneu Mertz, dentista e vereador, foi procurado por elementos estranhos para organizar uma firma pesqueira. Trazer camarão congelado para esta região e pescar no Uruguai e abastecer a cidade e região de peixes. Logo mãos à obra. Foi comprada uma área na Barra do Turvo com o Uruguai, no município de Três Passos. Vieram elementos de fora e foram contratados outros do local. Perfizem um total de 19 elementos. Mas não pescavam e não vendiam peixes. Apenas na semana Santa apareceram alguns que por sua vez haviam sido comprados de outros pescadores. Dinheiro não faltava à empresa. Os pseudo-pescadores eram regularmente pagos, em dia. Surgiram as suspensas. Foram efetuadas as prisões. De início a negativa peremptória. Era pescaria. Mas a evidência dos fatos provava que jamais poderia sê-lo. Não era pescaria. Hábeis interrogatórios revelaram a verdade. Estava montado na barra do Turvo um APARELHO subversivo fazendo parte das gangs que assaltavam bancos, sequestravam autoridades e estouravam bombas terroristas. As pessoas que lidavam no inquérito ficaram estarecidas a cada passo que novas verdades surgindo. A subversão, acobertada por firma pesqueira, crescia surdamente sob os olhos da população ordeira da região, especialmente Três Passos. Foi duro acreditar. A análise das pessoas envolvidas negava o raciocínio de qualquer um. Mas os fatos, as confissões, as interligações comprovadas falam mais forte que as suposições. Os mapas e os planos revelam que o terror e a morte se revelariam também nesta região. Os participantes do movimento terrorista não pensaram em suas famílias, em

seus amigos e nem na comunidade que enganaram com suas atitudes de ovelhas, escondendo, contudo, lobos ferozes. Não estavam a serviço de sua pátria mas sim, do comunismo internacional que os financiava. Traíram sua pátria.

Notícias veiculadas pela imprensa Argentina e da capital do estado dão conta de que foi apreendido um caminhão carregado de armas e munições destinadas aos guerrilheiros de Três Passos, (mais uma evidência)

Segundo se apurou os vereadores Reneu Mertz e José Bueno Trindade terão seus mandatos cassados.

O Inquérito ainda não foi encerrado e, como autêntico novelo, vai revelando a cada passo novas verdades. Talvez ainda tenhamos semanas de surpresas desagradáveis. Novos elementos vão se juntando aos já apurados. As autoridades estão alertas e trabalhando com afinco no esclarecimento total dos fatos para tranquilidade dos que querem ver um Brasil mais brasileiro e mais de todos e principalmente longe do COMINTERN. (comunismo internacional). Aguardemos os fatos e quem viver verá. Nada mais concreto do que um ato, ou muitos atos.

Imprensa Argentina pela guerrilha na fronteira com Paraná e Sta. Catarina

Transcrito do Jornal do Brasil de 6/5/70

Posadas é Buenos Aires (UPI¹AP²AEP³JB) Guerrilheiros brasileiros estarão agindo na região fronteiriça entre Paraná e Santa Catarina, motivando a mobilização de forças do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais, segundo informou de Posadas o correspondente do jornal La Prensa, de Buenos Aires.

Do lado argentino, efetivos da Gendarmeria espartariam exercendo intensa vigilância na fronteira, pa-

ra evitar que guerrilheiros brasileiros se refugiem na região de Missions. Segundo o relato pelo menos um guerrilheiro conseguiu este intento.

UM DISFARCE

Segundo os relatos, os militares brasileiros conseguiram deter um camião que aparentemente levava instrumentos de pesca, mas que na verdade transportava um verdadeiro arsenal. Um dos guerrilheiros fugiu e, ao que tudo indica, refugiou-se em território argentino. La Prensa atribui as in-

formações a "alguns viajantes procedentes do Brasil" e acrescenta que "as autoridades da Gendarmeria Nacional não pres-

taram qualquer esclarecimento."

A atividade guerrilheira se concentraria na localidade de Três Passos, na

região do Alto Uruguai, fazendo fronteira com as localidades argentinas de Alba Posse, El Soberano e Salto Mocoena.

SEMANÁRIO
Independente
da Região
Celeiro do Estado

O OBSERVADOR

Circulação
Sábados

Ano 10 — Número 19 — Diretor: Antônio Carlos Oliveira dos Santos — Três Passos 16 de maio de 1970

Preso Roberto de Fortini - Trama Subversiva Desmantelada Aclara-se a Situação

Roberto de Fortini, considerado o chefe do movimento subversivo que tinha como quartel geral o Distrito de Alto Uruguai, em nosso município, juntamente com diversos outros elementos ligados ao movimento, encontram-se presos, no quartel do 7º BPM desde a madrugada de ontem. Esta cada vez mais clara a situação e aos poucos as autoridades vão se munindo de mais provas de mais elementos para enquadrar com os propósitos de uma bem organizada quadrilha de subversivos comandada pela Vanguarda Popular Revolucionária, uma das quatro organizações comunistas que atuam no Brasil com a finalidade de se apoderar do Governo e comunitizar a pátria.

O inquérito iniciado pelo Tenente Alvaro continuará sendo efetuado pelo Ten. Cel. Rogrândino Menezes Bonilla, comandante do 7º BPM. Encontram-se em fase final e, em virtude da gravidade dos fatos que envolveram a Segurança Nacional, o inquérito deve ser concluído por oficial superior.

Conseguimos apurar que no Brasil quatro organizações comunistas atuam. O Comando Nacional, a Val-Palmare, a V.P.R. e a M3G. A M3G, quer dizer, Marx, Maringheila, Mao Tsé e Guevara. A V.P.R. (Vanguarda Popular Revolucionária), provém da China Comunista e tem por finalidade o Assalto a Bancos, Sequestro a Autoridades e Atos de Terrorismo.

O movimento encoberto pela pseudo Companhia Pesqueira de nosso Município estava ligado à V.P.R. e tinha elementos que já pertenceram ao

POC, Partido Operário Comunista. Alto Uruguai era a base de operações da organização, que recebia dinheiro do Comando Nacional.

Foram presos e liberados após prestar depoimento, as seguintes pessoas: Pedro Castilhos da Luz, de S.C.; Seno Pedro Franzenkräver, Tamaritão; de Oliveira Santa Helena,

Albano Arno Stumpf, Teresópolis; Goi. Brasil Oliveira, Agenor Rodrigues, Ervino Reinhardt Pitz, Heli Teodoro Machado, Pedro Rodrigues do Nascimento e Antonio Alcides Nardão, todos deste município a-lém de Luiz Bastian, de Irai.

Encontram-se presos ainda: Roberto de Fortini, Luiz Carlos Silveira, Sér-

gio Guimarães, João Batista Maria, Bruno Piola, Jaime da Silva Ramos e Belmar Carlos Palma, de Passo Fundo.

Romeu Nortzold e Paulo Stradtman, de Irai. Antonio Alberi Maff de Braga, De Três Passos; Dolentina Nunes Monteiro, Dorival Mertz, Azildo Schuster, Dr. Rencu Gerardino Mertz e Dr. José

Trindade, além de João Gel.

Entre os objetos apreendidos e em poder do 7º BPM encontram-se muitas armas, de todos os tipos e muita munição.

Na página 9 transcrevemos do Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, uma publicação sobre os acontecimentos subversivos de Três Passos.

DO QUE SE TRATA

ANO 11

Três Passos, 4 de setembro de 1971

N.º 79

DIRECA: RENÉ ADOLFE BREITENBACH

Circulac: RICHARDOS

Composi: Impresso por:

BREITENBACH & HARTMANN LTDA.

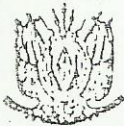
T/1 - PAGA

Renouveau de la Liberté

Na Auditoria de Terceira Região Militar em Santa Maria, foram julgados no dia 30 de agosto próximo-passado, o Dr. Renou Geraldino Martz, cirurgião-dentista e mais 6 pessoas, todas acusadas de pertencerem à Pesquisa Três Passos, com atividades subversivas. Foi um longo processo e que acabou no dia 30 quando os envolvidos foram levados a julgamento. O Dr. Renou Geraldino Martz, por falta de provas, foi absolvido por 5 a 0, tendo sua defesa sido feita pela advogada Norma Cassal, Jaime Silva Ramos, residente em Passo Fundo, sem profissão definida, também foi absolvido. Os outros cinco réus: Adão Dias Machado, professor residente em Passo Fundo, condenado a 3 anos de prisão; Sebastião Carlos Palma, universitário, estudante em Passo Fundo, a 3 anos; Luiz Carlos da Silveira, estudante em Passo Fundo, a 3 anos; Sérgio Guimarães Siqueira, vendedor ambulante vendendo chegado a Três Passos, em Passo Fundo, condenado a 3 anos e, Antonio Alberti Mattioli, natural de Bragá, a 3 anos e 3 meses de prisão.

Terminado o julgamento, o Dr. Renou Geraldino Martz foi posto em liberdade, há Siqueira, vendido chegado a Três Passos, em companhia de seus familiares, no dia 1º de setembro.

O jovem Jaime Silva, absolvido, foi colocado em liberdade no encerrarem-se os trabalhos do júri. Os demais réus que cumprir a pena que lhes foi imposta pela Auditoria Militar de Santa Maria.



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO CENTRALIZADO DE INFORMAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE TRÊS PASSOS

Assunto: OPERAÇÃO ABRASTÃO
Origem: 1º RCM
Classificação:
Difusão: 1º RCM
Referência: PB 35 e INFORMAÇÃO 39/74, do 1º RCM S. Rosa
Anexos:

Informação n.º Informe n.º 010/74 Pedido de Busca n.º
(trinta e um maio do 19 74)

Consoante o pedido, informamos, com

Prioridade 1: Reneu Gonaldino Mertz, Antônio Leitchuk, Roberto De Fontini, Antônio Alberi Maffi, Belmont Carlos Palma, Bruno Pibla, Celci Fensterseifer, Fioravante Gonçalves Leite

Prioridade 2: José Bueno Trindade, Fernando Guedes do Couto, Benjamin da Silva Osório, Paulo Mussi (Turquinho - atualmente Palegre), Orlando Jacob Belinazo;

Prioridade 3: Celso Sperato, Carlos Castanha, Nardi Ródrigues de Almeida, Juvêncio Teodoro Machado, Juarez Mozart Ribeiro, João Antônio Jaques (Jaques), Ivan Ceciliano Rospide Nunes, Raimundo Donnelles Almeida, Lino Schmidt, Euzébio Donnelles, Ety José Lopes, Elcy Vieira dos Santos, Roberto Rudolfo Cardoso Eilert, João Francisco da Silva Sobrinho

JP

MANDADO DE CITACÃO

O Dr. FRANCISCO FERNANDES RODRIGUES,
Juiz Auditor da 3ª Auditoria da 3ª
Circunscrição Judiciária Militar, em
virtude de lei, etc...

MANDO ao Oficial de Justiça desta Auditoria, a que fôr ês
te apresentado, indo por mim assinado, que se dirija ao local de
prisão, nesta Guarnição, onde se encontram recolhidos ao xadrêz, e
aí CITE: ROBERTO ANTÔNIO DE FORTINI, BRUNO PIOLA, ANTÔNIO ALBERÍ
MAFFI, BELMOR CARLOS PALMA, SERGIO GUIMARÃES SIQUEIRA, RENEU GERAL-
DINO MERTZ, ADÃO DIAS MACHADO, JAIME DA SILVA RAMOS e LUIZ CARLOS DE
OLIVEIRA, para no dia dezoito (18) de setembro próximo, às treze (.
13,00) horas, comparecerem na sede desta Auditoria, sita à Avenida
Rio Branco, nº 195, em Santa Maria, RGS, a fim de serem qualifica-
dos e interrogados e se verem processar, como incursos nas sanções
dos artigos 23, 24, 25, 42, 43, 45 e 46, do Decreto Lei 898, de 29
de setembro de 1969, combinados com o artigo 53, do Código Penal Mi-
litar, sendo que ROBERTO ANTÔNIO DE FORTINI, ainda em o disposto no
artigo 49, incise III, do diploma que define e regula os crimes con-
tra a Segurança Nacional, de que são acusados em virtude da seguin-
te denúncia oferecida pelo representante do Ministério Público Mili-
tar: - "EXMO. SR. DR. JUIZ AUDITOR DA 3ª AUDITORIA. A Procuradoria
da Justiça Militar, junto a esta 3ª Auditoria, por seu representante
legal no fim assinado, no uso das atribuições que lhe são assegura-
das em Lei e espelhada no incluso I.P.M. de nº 2.317, vem oferecer
denúncia contra 1. - ROBERTO ANTÔNIO DE FORTINI, italiano, casado,
de 33 anos de idade, filho de Noé de Fortini e de Santa Dalla Costa
de Fortini, de profissão comerciante-viajante, residente e domici-
liado na cidade de Passo Fundo, neste Estado, a rua Tiradentes, nº
549; 2. - BRUNO PIOLA, de nacionalidade italiana, casado, natural de
Vicenza, Itália, filho de Arturo Piola e de Assunta Piola, de pro-
fissão contabilista, residente e domiciliado na cidade de Passo Fun-
do, município do mesmo nome, neste Estado, a rua Eleutério, nº 112-A;
3. - ANTÔNIO ALBERI MAFFI, brasileiro, solteiro, com a idade de 20
anos, estudante, filho de Luís Maffi e Inês Maffi, natural de Passo
Fundo, neste Estado, residente e domiciliado em Braga, Paraná; 4.-
BELMOR CARLOS PALMA, brasileiro, solteiro, com a idade de 28 anos,
estudante, filho de Arthur Palma e de Germana Crávellli Palma, natu-
ral de Casca-RS, residente e domiciliado na cidade de Passo Fundo,
neste Estado, a rua João de César, nº 553, município do mesmo nome;
5. - SERGIO GUIMARÃES SIQUEIRA, brasileiro, solteiro, com 19 anos
de idade, filho de Francisco Siqueira e de Ambrusina Guimarães Si-
queira, natural de Passo Fundo, neste Estado, onde é residente e do-
miciliado, a rua Gal. Osório, nº 1.754, de profissão motorista; 6.-
RENEU GERLADINO MERTZ, brasileiro, casado, com 30 anos de idade, fi-
lho de Teotônio Mertz, e de Anita Mertz, de profissão cirurgião den-
tista, natural de Carazinho-RS, residente e domiciliado na cidade
de Três Passos, neste Estado, município do mesmo nome, a rua Antô-
nio Gonçalves de Oliveira, s/nº; 7. - ADÃO DIAS MACHADO, brasileiro

casado, com 34 anos de idade, filho de Deoclécio Severino Machado e de Julieta Dias Machado, natural de Lagoa Vermelha-RS., de profissão protético, residente e domiciliado na cidade de Passo Fundo, município de mesmo nome, à rua Minas Gerais, nº 712; 8. - JAIWE DA SILVA RAMOS, brasileiro, solteiro, com 36 anos de idade, filho de Osório da Silva Ramos e de Natalina da Silva Ramos, natural de Passo Fundo-RS., residente e domiciliado na Barra do Turvo, Alto do rio Uruguai, município de Três Passos, neste Estado, de profissão pedreiro; 9. - LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, de 18 anos de idade, filho de Lauro Rodrigues de Oliveira e de Angela de Oliveira, natural de Passo Fundo-Rs., de profissão motorista, residente e domiciliado na cidade do município acima referido, à rua de mesmo nome, nº 296. Comungando os mesmos princípios, com exceção de Reneu Geraldino Mertz e Jaime da Silva Ramos, desde 1.968 até dezembro de 1.969, instalaram uma célula atuante e de larga ação do Partido Operário Comunista, na cidade de Passo Fundo neste Estado, sob orientação das direções regional e nacional daquela agremiação de existência ilegal e de fins subversivos, cedendo-lhe seu integral concurso para organizá-la e fazê-la funcionar, como, efetivamente, o fizeram. Levando, assim, a cabo seus objetivos criminosos, não apenas promoveram reuniões clandestina em locais diversos, inclusive às margens do Alto Uruguai mas, ainda, efetuaram a impressão e distribuição de panfletos de incitamento a luta de classes e à animosidade destas contra os Poderes Constituídos, intitulados "Operários no Poder", "Abaixo a Ditadura" e "Abaixo o arrôcho", de preferência nos bairros e vilas, por ocasião das eleições municipais de 1.968 e no dia 1º de maio de 1.969, além de pixamentos de ruas, com os conhecidos chavões comunistas, confeccionados na residência do denunciado Bruno Piola, auxiliado este pelos co-denunciados Sérgio Guimarães Siqueira, Belmor Palma, Luiz Carlos de Oliveira, Adão Dias Machado e outros não identificados. Em princípios de janeiro do corrente ano, em virtude de divergências surgidas, os denunciados integrantes do mencionado Partido Operário Comunista, após alguns contatos pré-convencionados, entraram em ligação com Félix Silveira Neto, chefe regional da organização terrorista Vanguarda Popular Revolucionária - VPR. - e decidiram participar dos quadros de militantes desta, engrossando, assim, suas fileiras e pondo-se, imediatamente, ao seu serviço destinado a promover a insurreição armada no País. Como resultante dessa adesão, já, então, sob a orientação e obedecendo ordens de Félix Silveira Neto, o denunciado Roberto Antonio de Fortini, decidiu, com seus companheiros, decidiu fundar a Sociedade Pesqueira Alto Uruguai, com sede em Três Passos e com ação no rio Uruguai, com a aparente finalidade de explorar a indústria e o comércio da pesca, pois que, em verdade, tinha por objetivo específico instalar naquela região, que possuía como base central a "Barra do Rio Turvo", um centro de treinamento de guerrilhas, para o que contavam, ainda, com o imediato concurso de elementos especializados que, para lá, afluíam posteriormente, inclusive o próprio ex-capitão Carlos Lamarca. Contando com elevados recursos financeiros, fornecidos pelo Comando Regional da VPR., através de Félix Silveira Neto, os denunciados Roberto Antônio de Fortini e Bruno Piola receberam vultosas somas destinadas à aquisição de armas e munição na Argentina e no Paraguai, bem como o grupo todo, entrosado numa hierarquia para-militar, passou ao trabalho de instalação do centro de guerrilha, atraindo alguns pescadores para despistar, no local, e adjacências, supra aludido, deslocando para o mesmo viagens, barracas, ferramentas, barcos e apetrechos de pesca. Logo após, vieram as armas e munições, seguidas de trabalhos de elaboração de códigos, levantamento da região, instalação de pequenas bases, inclusive no território argentino, escavações para abrigar mantimentos, medicamentos e armamento, supervisionados tudo isso, finalmente, pela visita de Félix Silveira Neto, de codinome "Fernando", acompanhado de uma jovem chamada "Madalena" que, com aquêle, procedeu ao "batismo" dos componentes do grupo, atribuindo a cada um tarefas e ordenando exercícios

de tiro, para se adestrarem nesse mister, além de codinomes que lhes foram dados. Conhecidos demasiadamente os objetivos da Vanguarda Revolucionária, a que pertenciam os denunciados, cuja atuação individual está bem delimitada nas investigações colhidas nos autos, quais sejam a tomada do Poder pela violência, apregoando a luta armada e a utilização de métodos terroristas, impossível negar a atuação subversiva daqueles, ponde em cheque a Segurança Nacional e a própria ordem política e social. Sobram razões suficientes para se aquilatar da atividade delituosa dos denunciados que, filiados a organizações espúrias, de cunho supinamente subversivo, uniram os esforços para fazerem propaganda de incitamento à luta de classes e de animosidade destas entre si e contra os Poderes Constituídos, praticando atos destinados a provocar a guerra revolucionária e tentando subverter a ordem política e social, promovendo a insurreição armada no País, para atingir a derrubada das instituições nêle vigentes. Os documentos expressivos que instruem os autos inclusos, bem assim os termos de apreensão de armamento, materiais diversos, viaturas e, ainda, possuindo armas de uso privativo das Forças Armadas, livros ilustrativos de conteúdo ideológico marxista-leninista, tudo confortado pelas declarações confessas dos próprios denunciados, impõem a apuração de sua responsabilidade criminal judicialmente. Incorreram, assim, os denunciados nas sanções dos arts. 23, 24, 25, 42, 43, 45 e 46 do Decreto-lei 898, de 29 de setembro de 1.969, combinados com o art. 53 do Código Penal Militar, sendo que Roberto Antônio de Fortini, por haver promovido a organização da base de treinamento de guerrilha, dirigindo a atividade dos demais, infringiu, ainda, o disposto do art. 49, inciso III, do diploma que define e regula os crimes contra a Segurança Nacional. E, para que sejam criminalmente responsabilizados e, a final, condenados, vem a Procuradoria oferecer a presente denúncia contra os denunciados acima qualificados, instaurando-se contra os mesmos a competente ação penal, razão porque requer sejam citados para, sob pena de revelia, virem responder aos seus termos e acompanhá-la em tôdas as suas fases e atos, notificando-se as testemunhas constantes do rol abaixo, para comparecerem perante êste douto Juízo e dizerem o que souberem, pena de desobediência e demais cominações legais. TESTEMUNHAS: 1. - Julio Carodos da Silva, brasileiro, solteiro, com 19 anos de idade, agricultor, residente e domiciliado em Centro Novo, distrito de Tenente Portela, neste Estado - fls. 68 a 70. 2. - Waldomiro Padilha dos Santos, brasileiro, solteiro, com 39 anos de idade, agricultor, residente e domiciliado no lugar denominado "Barra do Turvo", município de Três Passos, neste Estado, ut fls. 70 a 71. 3. - Domingos Limão Amaro Santana, brasileiro, casado, 2º Sgt. PM da Brigada Militar do Estado, servindo no 7º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Três Passos, onde é residente e domiciliado, ut fls. e fls., já que serviu como testemunha das declarações dos acusados. Face ao que dos autos consta, a respeito dos fatos apurados não foram ouvidos os implicados João Carlos Bonna Garcia, Félix Silveira Neto e João Góes, bem como dão notícias da existência de numerário, de origem escusa, em nome de Bruno Piola, no Banco da Bahia, Agência de Passo Fundo, neste Estado, além do que a certeza da periculosidade dos denunciados, motivo porque REQUER a Procuradoria: a) seja decretada a prisão preventiva dos acusados, no interesse da Justiça e para resguardo da ordem pública; b) sejam ouvidos Félix Silveira Neto, João Carlos Bonna Garcia e João Góes, sobre os fatos vertidos no presente Inquérito, encaminhando-se o presente pedido à autoridade do mesmo encarregada; c) seja ordenada a apreensão do dinheiro depositado na Agência do Banco da Bahia, em Passo Fundo, em nome de Bruno Piola; d) sejam solicitadas informações à M.M. Junta Comercial, sediada em Porto Alegre, sobre a averbação de contrato da Sociedade Pesqueira Alto Uruguai, bem assim junto às Exatoria Estadual e Coletoria Federal, no que tange ao registro ou inscrição da mesma, para efeito de tributação; e) uma vez que deu entrada nesta Auditoria de um I.P.M. feito pela Brigada Militar, sobre os mesmos fatos apurados no presente, sejam apensados a êste os autos daquele.

f) sejam solicitadas informações, junto às 1a. e 2a. Auditorias desta Circunscrição Judiciária Militar, no sentido de esclarecerem se os ora denunciados se encontram respondendo a processo pelos mesmos fatos ventilados no anexo I.P.M. e em que dispositivos foram enquadrados; g) sejam requisitadas as testemunhas arroladas, para virem depor perante este Juízo, já que residente foram da sede deste, proporcionando-se, com a necessária antecipação, os meios de deslocamento das mesmas, uma vez que, face à natureza dos fatos, a sua oitiva por precatória nem sempre facilita o esclarecimento de certos aspectos que cercem aqueles. Nesses termos, protestando a Procuradoria pelo arquivamento da denúncia contra os denunciados e contra quaisquer outras pessoas implicadas nos acontecimentos em tela, caso, para tanto, surjam elementos novos, requer o recebimento da presente para os fins de Direito. Pede deferimento. Santa Maria, 29 de julho de 1.970. (a) Antônio de Lima Guimarães, 2º substituto de Procurador da 3ª Auditoria da 3ª C.J.M., em exercício. "O QUE SE CUMPRÁ, NA FORMA DA LEI. Dado e passado nesta cidade de Santa Maria, na sede da Terceira Auditoria da Terceira Circunscrição Judiciária Militar, aos trinta e um (31) dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta (1970). Eu, Francisco Fernandes Rodrigues, Escrivão que mandei datilografar e subscrever."

v. -

Francisco Fernandes Rodrigues
FRANCISCO FERNANDES RODRIGUES
Juiz Auditor